



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA  
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP 12ª REGIÃO

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**

**AÇÕES REALIZADAS PELO CRP-12 RELACIONADAS AO  
CONJUNTO DE DELIBERAÇÕES DO IX E X CONGRESSO  
NACIONAL E REGIONAL DE PSICOLOGIA**

Florianópolis, dezembro de 2019

**Gestão 2016/2019**  
**IX Plenário do CRP-12**

**Diretoria**

Presidente: Fabricio Antônio Raupp  
Vice-Presidenta: Simone V. de Souza  
Tesoureira: Rodrigo Gomes Ferreira  
Secretário: Marcos Henrique Antunes

**Conselheiras(os) do IX Plenário CRP-12**

Elisa R. Ferreira de Andrade - CRP12/08076  
Ematuir Teles de Sousa - CRP12/12502  
Joseane de Oliveira Luz - CRP12/10914  
Junior Cesar Goulart - CRP2/11136  
Nasser Haidar Barbosa - CRP12/06609  
Pâmela Silva dos Santos - CRP12/09493  
Rodrigo Gomes Ferreira - CRP12/14178  
Marivete Gesser - CRP12/05091  
Paulo Roberto Wovst Leite - CRP12/13601  
Alexandre Donisete Aleixo - CRP12/13582  
Joice Danusa Justo - CRP12/07017

**Gestão 2019/2022**  
**X Plenário do CRP-12**

**Diretoria**

Presidente: Ana Clara da Rocha  
Vice-Presidente: Sintia R. B. Reif  
Tesoureiro: Pedro Augusto C. Carlotto  
Secretária: Sarah Gisele Martins Klokner

**Conselheiras(os) do X Plenário CRP-12**

Adriana Braatz Zluhan - CRP 12/01478  
Ana Cláudia Lawless - CRP 12/03651  
Andréa L Capoani de Moura - CRP 12/11950  
Arlete Felizardo Paludo - CRP 12/ 13776  
Caroline Meireles - CRP 12/16351  
Cláudia Maria F. Guesser - CRP 12/02160  
Diego Remor M. Francisco - CRP 12/13240  
Fernanda S. Almeida Pereira - CRP 12/13340  
Giovana Mara Sens - CRP 12/09643  
Ivana Paula de Souza - CRP 12/02311  
Jamir J. Sarda Jr. - CRP 12/1554  
Janaina Henrique - CRP 12/05625  
Josiane Avila Rodrigues - CRP 12/ 09353  
Julia Nerica da Silva Rabelo - CRP 12/03729  
Luana de Souza Menegatti - CRP 12/10463  
Mariana Macedo Nora - CRP 12/15000  
Rafael Frasson - CRP 12/05590  
Roberta Borghetti Alves - CRP 12/14756  
Sandra R. da Silva Coimbra - CRP 12/00448  
Simone Ciotta - CRP 12/01515

## EQUIPE CRP-12

Abel Willian Chagas da Silva - Assistente Administrativo  
Alfran Marcelo Ribas Freitas - Assessor Jurídico  
Andréia Lissandra Zimmermann - Auxiliar Administrativo  
Andressa Pereira Rocha Schnorr - Auxiliar Administrativo  
Bruno Moises Romanha de Oliveira - Auxiliar Administrativo  
Carlos Eduardo Rodrigues de Araujo - Psicólogo Assistente Técnico  
Daniela Bortoli - Gerente  
Daniela Furlan - Psicóloga Assistente Técnica  
David Alves Lopes - Assessor Contábil  
Dayane Suelen de Moraes - Psicóloga Assistente Técnica  
Flávia Elisa Haut - Psicóloga Assistente Técnica  
Iramaia Ranai Gallerani - Psicóloga Assistente Técnica  
Janaína Scapinello - Auxiliar Administrativo  
Kênia Mara de Souza Araujo - Auxiliar Administrativo  
Letícia Just Guerra - Coordenadora Técnica  
Lucila de Castro Neves - Psicóloga Assistente Técnica  
Nelson Ribeiro Araújo - Auxiliar Administrativo  
Pâmela Lunardelli Trindade - Psicóloga Assistente Técnica  
Priscila de Abreu - Psicóloga Assistente Técnica  
Rafael de Souza Pires Pereira Auxiliar Administrativo  
Rogério Schmidt - Recepcionista  
Rudinei Luiz Beltrame - Assessor da Diretoria e de Políticas Para a Profissão  
Sidiane Kayser dos Santos Schwinzer - Assessora de Comunicação  
Sheila Salles de Carvalho - Auxiliar Administrativo  
Soraia Lanznaster da Costa Pereira - Auxiliar Administrativo  
Vanessa Espindola da Silva - Auxiliar Administrativo  
Virgínia Naide Silva - Auxiliar Administrativo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>EIXO I - ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE .....</b>	<b>7</b>
1.1 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS .....	8
1.1.1 “Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia .....	9
1.1.2 Post mensal sobre temas de interesse da Psicologia .....	9
1.1.3 Debate online como modalidade de diálogo com a categoria .....	10
1.2 COMISSÕES GESTORAS .....	11
1.3 PROJETO PARTICIPSI .....	12
1.4 CONGRESSO REGIONAL E CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA – COREP E CNP .....	14
1.4.1 Pré-Congresso Região do Alto Vale - Rio do Sul .....	14
1.4.2 Pré-Congresso Região Serrana - Lages .....	15
1.4.3 Pré-Congresso de Psicologia no extremo oeste do Estado .....	15
1.4.4 Pré-congressos da Psicologia em Criciúma e Balneário Camboriú .....	16
1.5 CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA – COREP/SC .....	17
1.6 10º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA .....	17
1.7 10º CADERNO DE DELIBERAÇÕES DO COREP .....	18
1.8 ELEIÇÕES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA .....	18
<b>EIXO II - CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS .....</b>	<b>20</b>
<b>2 AÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS .....</b>	<b>21</b>
2.1 COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE .....	21
2.1.1 Tramitação processual .....	22
2.1.2 Oficinas de Orientação e Ética .....	23
2.1.3 Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia .....	23
2.1.4 Encontro Nacional da COE e COF 2019 .....	24
2.2 COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF .....	25
2.2.1 Projeto Orientações Itinerantes .....	25
2.2.2 CRP-12 sedia o III Encontro de Fiscais do Sul .....	27
2.2.3 Parceria com o Detran pela avaliação psicológica .....	27
2.2.4 Manual de orientações sobre publicidade profissional .....	28
2.2.5 Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional – CIP .....	29
2.3 COMISSÃO DE ANÁLISE DO TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE .....	29
2.4 CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - CREPOP. .....	31
2.4.1 Lançamento de consulta pública para produção de referências técnicas .....	31
2.4.2 Lançamento de referências técnicas para atuação da Psicóloga .....	33
2.4.3 Cartilha de Referências: Elaboração de Vagas para Psicólogas(os) .....	33
2.5 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - CDH .....	34
2.5.1 Ciclo Formativo sobre o Racismo Institucional .....	35
2.5.2 Ações em defesa dos direitos LGBTI+ .....	36
2.5.3 Reunião Ampliada debate sobre o compromisso ético-político da Psicologia e dos Direitos Humanos .....	37
2.5.4 Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura .....	38
2.5.5 Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura .....	38
2.6 COMISSÃO MULHERES E PSICOLOGIA .....	39

2.6.1	<i>Diálogos sobre lesbofobia, feminicídio e violências contra as mulheres</i>	39
2.6.2	<i>Comissão Mulheres e Psicologia: Manifestações do 8M</i>	40
2.6.3	<i>Participação Encontro Catarinense de Saúde Mental</i>	41
<b>3</b>	<b>COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CPP</b>	<b>42</b>
3.1	EIXO PSICOLOGIA E SAÚDE	42
3.1.1	<i>Saúde Suplementar</i>	42
3.1.2	<i>Apresentação da pauta sobre Saúde Suplementar na ASCOP</i>	44
3.1.3	<i>CRP-12 participa da Organização da Conferência Estadual de Saúde</i>	44
3.1.4	<i>Psicologia na Atenção Psicossocial</i>	45
3.1.5	<i>Semana da Luta Antimanicomial</i>	46
3.1.6	<i>Audiência Pública em Defesa da Saúde Mental</i>	48
3.1.7	<i>IV Seminário de Atenção Psicossocial</i>	49
3.1.8	<i>Lançamento do livro sobre Travestilidades e Transexualidades</i>	50
3.2	EIXO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO	52
3.2.1	<i>CRP-12 manifestou-se contra os cortes na educação</i>	53
3.2.2	<i>Evento sobre os Desafios da Psicologia na Educação</i>	53
3.2.3	<i>Mobilização pela aprovação do PL 3688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica</i>	54
3.3	EIXO PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	55
3.3.1	<i>Diálogo entre CRP-SC e CRA-SC sobre atuação das psicólogas(os) e administradores nas organizações</i>	55
3.4	PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	56
3.4.1	<i>CRP-12 sedia a I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS</i>	56
3.4.2	<i>V Jornada do Sistema Único de Assistência Social</i>	57
3.5	AÇÕES DIVERSAS DOS GRUPOS DE TRABALHO	57
3.5.1	<i>GT Grupo de Trabalho Interinstitucional Psicologia e Pessoas com Deficiência</i>	57
3.5.2	<i>I Seminário Catarinense de Educação em Redução de Riscos e Desastres</i>	61
3.5.3	<i>Audiência pública sobre o PL nº 3267/2019, que altera a lei nº 9.503/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro</i>	61
3.6	PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL	63
<b>4</b>	<b>EIXO III - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS</b>	<b>65</b>
4.1	<i>INFORME SOBRE O COACHING COMO PRÁTICA PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS(OS)</i>	66
4.2	<i>O CRP-SC CORROBORA COM O MANIFESTO DE REPÚDIO À NOTA TÉCNICA “NOVA SAÚDE MENTAL” PUBLICADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TENDO O MESMO POSICIONAMENTO QUE O CONSELHO FEDERAL QUANTO A ESTE TEMA</i>	68
4.3	<i>NOTA DE ORIENTAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICs) E OUTRAS PRÁTICAS EMERGENTES EM PSICOLOGIA</i>	70
4.4	<i>CARTA DE RECOMENDAÇÃO E DE APOIO À ADEH</i>	70
4.5	<i>NOTA TÉCNICA SOBRE O CONCURSO PMSC</i>	70

## **APRESENTAÇÃO**

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP/12 apresenta o relatório anual de gestão de 2019. Nas páginas que seguem serão apresentadas as ações executadas no corrente ano, tendo como base o conjunto de propostas deliberadas no Congresso Regional de Psicologia de 2016 e 2019, materializado e operacionalizado pelo IX e X Plenário do CRP-12. Nesse relatório, apresentamos ações que reafirmam o compromisso da autarquia com a gestão transparente e democrática, diretrizes que norteiam as ações deste conselho profissional.

X Plenário do CRP-12

**EIXO I - ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E**  
**APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A**  
**CATEGORIA E SOCIEDADE**

*A proposição deste Eixo abrange a formulação de contribuições e possibilidades de reformulação das formas democráticas de estrutura e funcionamento dos Conselhos Regionais e Conselho Federal, de modo a cumprir a função social de garantia do exercício ético e qualificado da Psicologia. Envolvem questões referentes ao controle social e mobilização da categoria, a gestão do sistema (comunicação, gestão financeira, orientação e fiscalização, projetos de regionalização e interiorização...), formulação de projetos de Lei e, as relações institucionais na Psicologia (FENPB, ABEP, Fenapsi...) e com a sociedade (espaços de participação social, movimentos sociais, gestores das políticas públicas...). Visam, sobretudo, posicionar o Sistema Conselhos na direção de um Projeto Ético-Político que legitime e amplie o diálogo participativo e democrático com a categoria e com a sociedade.*

## 1.1 Comissão de comunicação social – CCS

Um dos eixos estratégicos do CRP-12 foi a proposta de uma melhoria constante dos processos de comunicação. Entre os investimentos já realizados, destaca-se a estruturação de um setor de comunicação, com assessoria interna e externa. Também foram reestruturados os boletins institucionais e a criação de uma nova revista institucional, a Plural.

Criamos esta nova revista como parte da melhoria de todo o plano de comunicação do nosso Conselho. Antes, publicávamos a revista impressa *Psicologia em Movimento*, que convergia três tarefas: compartilhar notícias; aprofundar reflexões através de artigos



acadêmicos; e fazer o registro histórico das atividades realizadas pelo CRP. Após pesquisas, percebemos que esta proposta editorial já não tinha mais grande adesão. Considerando o atual uso intenso da internet, escolhemos esta como a via para as notícias, bem como para a distribuição de outras publicações periódicas. Para o registro histórico, melhoramos os relatórios anuais de gestão, como uma publicação independente das atividades realizadas e disponível no website do CRP. Desta forma, ficou para a revista Plural o objetivo de continuar o fomento às reflexões sobre pautas fundamentais à atualidade da Psicologia catarinense e brasileira. As edições agora terão um tema que os textos poderão aprofundar, em um estilo mais ensaístico e não tanto acadêmico - por entender ser mais próximo à maioria da categoria profissional, e por já haver boas revistas acadêmicas em circulação. A reformulação também trouxe um projeto gráfico mais atraente, e o formato agora será exclusivamente digital - reduzindo custos, evitando desperdício de papel e, também, ampliando o alcance. A periodicidade será de uma a duas edições por ano, permitindo mais tempo de “digestão” e debate do conteúdo.

A segunda edição da Revista Plural se propõe justamente a discutir o cenário sociopolítico atual trazendo para o debate temas que têm despertado o interesse tanto das(os) psicólogas(os), quanto da sociedade brasileira. Em alguns casos, discussões

polêmicas sobre o que poderiam ser “novas” práticas, não exclusivas da Psicologia (como a atuação com práticas integrativas e complementares (PICs), a psicologia nas emergências e desastres e o atendimento online), em outros, a atualização e evolução de parâmetros técnicos e éticos como respostas às demandas de um novo tempo e de novas relações inter e transdisciplinares (avaliação psicológica e novas resoluções sobre a produção de documentos escritos). Há ainda o destaque para o que vamos considerar genuinamente novo, mesmo que não o seja no seio dos movimentos sociais e das denúncias dos povos originários, pesquisadoras(es), ativistas e intelectuais não brancas(os): a urgente descolonização do pensamento psicológico, um debate certamente inovador no campo dos saberes e fazeres de nossa ciência e profissão

### ***1.1.1 “Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia***

Outro projeto de aproximação com a categoria foi o projeto “Fala Psi”. Esta proposta busca produzir vídeos com profissionais da área que trabalham diretamente com os temas destacados nas campanhas mensais propostas por este Conselho. Diversos temas já foram abordados, entre os vídeos sobre saúde mental, população em situação de rua, imigrantes e refugiados, descolonização do pensamento na psicologia, psicologia e pessoas com deficiência, psicologia e as pessoas idosas, psicologia e relações raciais, psicologia e povos indígenas entre diversos outros. Confira todos os vídeos na nossa plataforma do Youtube, em <https://www.youtube.com/user/CRP12SC>.

### ***1.1.2 Post mensal sobre temas de interesse da Psicologia***

A produção de materiais visuais sobre temas de interesse da Psicologia brasileira também foi foco da Comissão de Comunicação Social do CRP-12. O objetivo foi visibilizar assuntos importantes que atravessam o cotidiano profissional da categoria, a exemplo dos direitos das mulheres, da população idosa, das pessoas com deficiência, a defesa dos processos democráticos, entre outros. A cada imagem lançada, a Comissão produziu um texto problematizando o assunto.

### 1.1.3 Debate online como modalidade de diálogo com a categoria

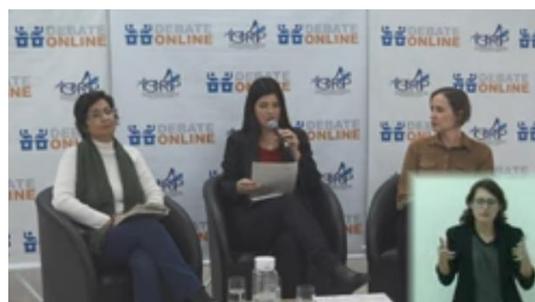
Como forma de ampliar o acesso a informação, o CRP-12 tem investido nos debates online. Essa modalidade permite que um programa seja gravado, com transmissão em tempo real para todo o Brasil, possibilitando a interação com o público. Com isso, ganha-se em amplitude e diminui-se custos decorrentes da participação presencial. Além disso, os programas ficam gravados e podem ser acessados a qualquer momento pela categoria. Em 2019, além da transmissão das assembleias, foram realizados três debates online:

O primeiro debate foi realizado no dia 19 de março, evento transmitido Facebook e Youtube, com a participação dos internautas e mais de 700 visualizações nas duas redes até agora. O debate está disponível na íntegra, acesse



agora: <https://youtu.be/NlxKEv1-B0s>. Com o tema “SOS Atenção Psicossocial, o evento foi destinado às(aos) psicólogas(os), profissionais da área da saúde e usuários do Sistema de Saúde e teve a participação das debatedoras Ana Maria Pereira Lopes, psicóloga e professora da Unisul, Tânia Grigolo, psicóloga e professora do Cesusc, Carla de Oliveira, presidente da Associação Alegre Mente (entidade de utilidade pública, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos e deveres dos usuários do CAPS, em Florianópolis) e mediação da conselheira Elisa Rita Ferreira de Andrade. O assunto está em evidência devido à recente publicação da Nota Técnica 11/2019 (CGMAD/DAPES/SAS/MS), chamada de “Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental”, que provocou reações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) por apresentar retrocessos e ter sido publicada sem o envolvimento dos profissionais e da sociedade.

O segundo foi o **Debate online: Trânsito, Mobilidade Humana e Participação Social**, realizado no dia 12 de julho de 2019. O objetivo foi promover um espaço de diálogo e orientação no âmbito da Psicologia do Trânsito, no que diz respeito à



mobilidade, participação social e atuação profissional. Durante o debate foram abordados temas como: da mobilidade humana, a partir de um olhar interseccional; mobilidade humana e participação social; a valorização da/o psicóloga/o no contexto do trânsito; orientações éticas e técnicas sobre a Resolução CFP 01/2019. Também marcou o lançamento da Referência Técnica do CREPOP sobre a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Mobilidade Humana e Trânsito, apresentada pela pesquisadora Andrea Nascimento.



Outra ação desenvolvida pelo CRP-12 nessa temática é a **Campanha de Valorização da Avaliação Psicológica** de candidatas/os para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A finalidade da campanha é explicar para a população o papel das/os profissionais, e os parâmetros éticos e normativos de sua atuação. Para tanto, o CRP-12 elaborou folders e cartazes e tem contato com o apoio do Detran-SC na divulgação. A campanha foi oficialmente lançada com o “Debate online: Trânsito, Mobilidade Humana e Participação Social”.

E o último foi Debate Online especial para o Dia da Psicóloga(o), que ocorreu no dia 26 de agosto, em alusão ao Dia da(o) Psicóloga(o), que é comemorado na data seguinte, 27, e teve como pauta: **“57 anos de**



**profissão regulamentada: perspectivas e desafios”.** O debate tem por objetivo enfatizar a valorização da Psicologia enquanto profissão regulamentada e seus benefícios para a sociedade e profissionais, contando com a presença das psicólogas(os), Magda Zurba, Marcos Antunes, Igor Schutz e Almir Sais.

## 1.2 Comissões gestoras

As comissões gestoras são instâncias de apoio a gestão de forma regionalizada, presente nas Subsedes do CRP-12. Elas tem por finalidade coordenar o funcionamento administrativo da subsede; propor e acompanhar a execução do plano de ação anual,

respeitando as características regionais, submetendo-o à aprovação do Plenário; favorecer a relação e integração entre as(os) Psicólogas(os) do setor; representar o CRP técnica e politicamente perante a sociedade, de acordo com as políticas da gestão; e propor e facilitar a integração e desenvolvimento das ações de orientação e fiscalização, assim como o desenvolvimento científico na região.

As comissões gestoras se reúnem nas Subsedes (mensalmente ou sob demandas) e também se reúnem na sede do CRP-12 para pensar o planejamento anual e para compartilhar ações exitosas. Em janeiro, ocorreu na sede do CRP-12 a reunião ampliada das Comissões Gestoras das Subsedes Norte, Sul e Oeste. Entre a avaliação, destacou-se como positiva a mudança de endereço da Subsele Norte, localizada em Joinville. O novo espaço agora conta com portaria, salas mais amplas e arejadas possibilitando melhor conforto para as(os) trabalhadoras(es), bem como, para a categoria que pode fazer uso do local para reuniões, conforme as normativas do CRP-12. Além disso, a Subsele conta agora com uma Psicóloga Assistente Técnica concursada para realizar atendimento relacionadas ao exercício profissional.

Na Região Sul, a avaliação foi marcada pelas melhorias no espaço físico, pelo uso das associações e coletivos da Psicologia para reunir-se e articular pautas de interesse da categoria. Em dois anos, a Subsele já tem conseguido resultados satisfatórios, como por exemplo, um fluxo mensal de reuniões, diversas ações e a criação do Núcleo Regional Sul, coletivo ampliado responsável pela articulação da categoria nesta região. Entre os projetos prioritários executados em 2019 foi organizar uma agenda permanente de atendimento da equipe técnica na Subsele, com vistas a sanar dúvidas da categoria sobre o exercício profissional.

O processo regionalização e descentralização tem estado presente nas propostas de gestão do CRP-12. Desde 2016, tem se investido na consolidação deste projeto que visa aproximar e integrar processos e atendimentos da autarquia, além de disponibilizar - para a categoria e sociedade - novos espaços de debate e orientação acerca da profissão. Este é o compromisso de levar o CRP-SC cada vez mais perto de você!

### **1.3 Projeto ParticiPSI**

O ParticiPSI é um projeto do CRP-12, que se baseia em uma gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da

Psicologia. Visa constituir grupos em diferentes regiões do estado de Santa Catarina, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio. Tem por objetivo formar uma rede de interlocuções com a categoria para qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia no Estado.

Em 2019, os encontros regionais do ParticiPSI estiveram temporariamente suspensos devido à realização dos Pré-Congressos de Psicologia, etapa imprescindível que precede o Congresso Regional e Nacional de Psicologia, onde são



elaboradas as diretrizes da profissão nos próximos anos. Os encontros, realizados em todas as regiões do Estado, contaram com as articuladoras no apoio, na organização e na mobilização regional. Frente ao exposto, ocorreu apenas um encontro no ano, realizados em maio e junho de 2019. A reunião dos articuladores (foto acima) ocorreu no mês de abril, na sede do CRP-12. A descrição dos encontros segue abaixo:

<b>Cidade</b>	<b>Tema</b>	<b>Datas</b>	<b>Local</b>
Orleans	Psicologia e as Práticas Integrativas e Complementares	14 de junho	Unibave
Criciúma	Atuação da Psicologia no atendimento socioeducativo de crianças e adolescentes	01 de julho	Subsede Sul
Tubarão	Atendimento psicológico mediado por tecnologias de informação e comunicação	26 de junho	Unisul
Chapecó	Clínica e sofrimento psicológico	12 de junho	Subsede Oeste
Joaçaba	Clínica e sofrimento psicológico	13 de junho	UNOESC Joaçaba
Rio do Sul	Psicologia na Saúde Suplementar: Aspectos éticos, técnicos e regulatórios	13 de junho	Unidavi.
Lages	Suicídio e as implicações para a atuação das Psicólogas e Psicólogos	26 de junho	Biblioteca Pública Municipal
Balneário Camboriú	Limites éticos entre Psicologia e Religião.	03 de junho	Uniavan
Joinville	Medicalização de Crianças e Adolescentes	25 de junho	Subsede Norte
Blumenau	Limites Éticos entre a Psicologia e a Religião	13 de junho	FURB
Caçador	Atendimento psicológico mediado por	25 de junho	Uniarp

#### 1.4 Congresso Regional e Congresso Nacional de Psicologia – COREP e CNP

A Psicologia brasileira iniciou, em agosto de 2018, um dos mais importantes espaços democráticos da profissão: a 10ª edição do Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Por meio das etapas que ocorreram nos Conselhos Regionais (eventos preparatórios, pré-congressos e congressos regionais - COREPs), e etapa nacional do Congresso que ocorreu em Brasília, todas(os) as(os) profissionais da Psicologia contribuíram para o projeto coletivo e construção da história da profissão. O tema da 10ª edição foi: “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”. Veja abaixo como foram as atividades em nosso estado em 2019.

##### 1.4.1 *Pré-Congresso Região do Alto Vale - Rio do Sul*

Cerca de 32 pessoas, entre psicólogas(os), estudantes de Psicologia e demais interessados, reuniram-se no dia 26 de janeiro de 2019 em Rio do Sul com o intuito de debater e criar propostas dentro dos eixos temáticos do 10º Congresso Nacional de Psicologia. Propostas que poderão ser aprovadas, excluídas ou modificadas posteriormente, na próxima fase regional, o COREP/SC (Congresso Regional da Psicologia de Santa Catarina).



O tema deste Pré-congresso discutiu a temática "Suicídio e os desafios da Psicologia". Após exposição de Luiza Gutz, seguiu-se um debate profícuo que resultou na elaboração de novas propostas para o CNP. Foram eleitos para o COREP dois estudantes e cinco psicólogas.

### **1.4.2 Pré-Congresso Região Serrana - Lages**

Foi realizado no último dia 02, em Lages, mais um Pré-congresso de Psicologia. O evento faz parte da etapa regional do processo do X Congresso Nacional de Psicologia, onde são elaboradas pela categoria profissional diretrizes a serem seguidas pela próxima gestão do Sistema Conselhos. O tema "Por uma Psicologia Antirracista" foi disparado pela psicóloga Glaucia Maria Dias Fontoura. Estudiosas e pesquisadoras sobre a temática e membros integrantes do movimento negro de Lages estiveram presentes e potencializaram o debate.



O encontro problematizou a contribuição da Psicologia e nossa responsabilidade enquanto psicólogas(os), em combater todas as formas de violência que as pessoas negras sofrem em função do racismo, nos diferentes contextos e fases da vida. É fundamental que estejamos atentas a essa estruturação da nossa sociedade, que produz diferentes formas de opressão e exclusão, e que nosso trabalho seja voltado para uma transformação acerca das relações raciais.

### **1.4.3 Pré-Congresso de Psicologia no extremo oeste do Estado**

O Pré-Congresso ocorreu em fevereiro, na cidade de São Miguel do Oeste. O evento faz parte da etapa regional do processo do X Congresso Nacional de Psicologia, onde são elaboradas pela categoria profissional diretrizes a serem seguidas pela próxima gestão do Sistema Conselhos. O evento contou com a participação do Psicólogo Joari Carvalho que debateu sobre os Desafios das Políticas Públicas no SUAS e a perspectiva da interdisciplinaridade na atuação das(o) psicólogas(os).



#### 1.4.4 *Pré-congressos da Psicologia em Criciúma e Balneário Camboriú*

Em Criciúma, a atividade aconteceu na Subsele Sul e contou com a participação de 32 pessoas, sendo 23 psicólogas(os) e 09 estudantes. Após a fala de abertura, a palavra foi passada para o palestrante Marcos Henrique Antunes – Psicólogo, Conselheiro do IX Plenário do



CRP-12 e Integrante do GT sobre Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPICS – que abordou o tema “Aspectos éticos da prática profissional: Tensionamento e avanços”. O pré-congresso foi um momento importante de articulação da categoria na região sul do estado para discutir temas de interesse da profissão. Para além de debater e pensar os limites e possibilidades do uso de PICs, que foi o tema central, tivemos diálogos muito potentes na direção de construir propostas pra Psicologia no Brasil no próximo triênio.

Já em Balneário Camboriú o evento foi realizado no Centro Universitário UNIAVAN e estiveram presentes 22 pessoas - sendo 11 psicólogas(os), 9 estudantes e 2 participantes. O psicólogo Fabian Javier Marin Rueda proferiu palestra sobre a



temática “Avaliação Psicológica: Aspectos éticos e técnicos em diferentes campos de atuação”, a qual contou com um amplo debate no final. Concluída sua fala, a mesa diretora passou a coordenar os trabalhos dos três eixos temáticos dividindo os participantes em grupos. Encerrado o trabalho em grupos iniciou a plenária de deliberação das propostas analisadas nos grupos. A plenária avaliou e deliberou sobre todas as propostas as quais foram organizadas em um caderno do pré-congresso para serem enviadas a etapa subsequente, o COREP/SC.

### 1.5 Congresso Regional de Psicologia – COREP/SC

A cada três anos, ocorre no sistema Conselhos de Psicologia os Congresso Regional e Congresso Nacional de Psicologia – COREP e CNP. A atividade consiste em um junto a categoria para elencar as diretrizes para as gestões dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Psicologia. O debate teve início nos eventos preparatórios e posteriormente foram apreciadas as propostas nos 11 pré-congressos regionais realizados entre 2018 e 2019. Os pré-congressos tem por finalidade elaborar e aprovar as propostas locais e nacionais; eleger as(os) delegadas(os) para o Congresso Regional - COREP/SC; e deliberar sobre outras proposições de âmbito regional e nacional, que foram encaminhadas para os Congressos Regionais. Já no Corep-SC (etapa estadual), participaram 48 delegadas(os) eleitas(os) nas etapas regionais. Os participantes decidiram sobre as 203 propostas do Caderno Deliberativo. No total foram aprovadas 140 propostas, sendo 32 delas do Eixo I - Organização Democrática e representativa do Sistema Conselhos; 33 do Eixo II - O diálogo da psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com democracia e direitos humanos e 75 do Eixo III - Exercício profissional. Estas propostas servirão de subsídios para o planejamento da próxima gestão, pois reflete as necessidades e expectativas da categoria.



### 1.6 10º Congresso Nacional da Psicologia

Entre os dias 30 de maio a 2 de junho, em Brasília, as(os) delegadas(os) do 10º Congresso Nacional da Psicologia debateram e votaram as diretrizes do Sistema Conselhos para o período de 2020 a 2022. O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) marcou presença no Congresso, com a participação de 21 delegadas(os). Sob o tema



“O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”.

A décima edição do CNP reuniu cerca de 400 pessoas no total e decidiu sobre 303 propostas, formuladas nos 23 Congressos Regionais de Psicologia (Coreps). Além da votação das propostas, foram avaliadas outras 27 moções. Após as propostas entrarem no Sistema, será gerado um relatório do Congresso, encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia para ser divulgado às(aos) psicólogas(os).

### 1.7 10º Caderno de deliberações do COREP

O resultado do esforço de 11 pré-congressos organizados em diversas cidades de Santa Catarina, a 10ª edição do Caderno COREP, advindo do Congresso Regional de Psicologia de Santa Catarina (COREP-SC) traz consigo diversas propostas que abordam três eixos oriundos do 10º Congresso Nacional de Psicologia- CNP:

- Eixo 1: Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos.
- Eixo 2: O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos.
- Eixo 3: Do Exercício Profissional.

O caderno já está disponível no site do CRP-12 e servirá de diretrizes para o próximo triênio (2019-2022). O caderno de deliberações está disponível em: <http://www.crp.org.br/noticias/10-caderno-corep-ja-esta-disponivel-para-download>.

### 1.8 Eleições no Sistema Conselhos de Psicologia

O ano de 2019 caracterizou-se pelo processo eleitoral no Sistema Conselhos de Psicologia, tanto nos regionais como no federal. Os pedidos de inscrição de chapas foram recebidos pela Comissão Eleitoral até a data do COREP/SC, nos dias 06 e 07 de abril. A votação nas chapas ocorreu unicamente na modalidade on-line, entre os dias 23 e 27 de agosto de 2019.

Em SC, duas chapas disputaram o pleito, sendo elas: **Chapa 11- Pra Defender A Psicologia**, representada pela Psicóloga Inea Giovana da Silva Arioli – CRP 12/01269; e

**Chapa 12 - Fortalecer e Valorizar a Profissão**, representada pela psicóloga Ana Clara da Rocha - CRP 12/07178. A Chapa Pra Defender a Psicologia teve um total de 1826 votos (47% dos válidos); e a chapa Fortalecer e Valorizar a Profissão teve 2056 votos (53% dos válidos). Consolidado o resultado, no dia 26 de setembro, a chapa eleita foi empossada assumindo o compromisso de gerir o CRP-12 nos próximos três anos. Os conselheiros eleitos foram: Presidente: Ana Clara da Rocha; Vice-Presidente: Sintia R. B. Reif; Tesoureiro: Pedro Augusto C. Carlotto; Secretária: Sarah Gisele Martins Klokner; Adriana Braatz Zluhan - CRP 12/01478; Ana Claudia Lawless - CRP 12/03651; Andréa L Capoani de Moura - CRP 12/11950; Arlete Felizardo Paludo - CRP 12/ 13776; Caroline Meireles - CRP 12/16351; Claudia Maria F. Guesser - CRP 12/02160; Diego Remor M. Francisco - CRP 12/13240; Fabiani Cabral Lima - CRP 12/09451; Fernanda S. Almeida Pereira - CRP 12/13340; Giovana Mara Sens - CRP 12/09643; Ivana Paula de Souza - CRP 12/02311; Jamir J. Sarda Jr. - CRP 12/1554; Janaina Henrique - CRP 12/05625; Josiane Avila Rodrigues - CRP 12/ 09353; Julia Nerica da Silva Rabelo - CRP 12/03729; Luana de Souza Menegatti - CRP 12/10463; Mariana Macedo Nora - CRP 12/15000; Michelle Vitorio Marchetto - CRP 12/07352; Rafael Frasson - CRP 12/05590; Roberta Borghetti Alves - CRP 12/14756; Sandra R. da Silva Coimbra - CRP 12/00448; Simone Ciotta - CRP 12/01515;



**EIXO II - CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO  
PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS**

*De forma a constituir diretrizes para os processos e condições de trabalho dos psicólogos, este Eixo acolhe propostas para a qualificação e construção de referências para a atuação das(os) psicólogas(os). Possibilita agregar reflexões acerca das possibilidades, limites e efeitos das práticas profissionais para o cenário de garantia de direitos. Igualmente aponta e/ou reforça caminhos para a atuação em diferentes contextos e com diferentes populações.*

## 2 ACÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES E ESPECIAIS

### 2.1 Comissão de Orientação e Ética – COE

De acordo com a Lei 5.766/1971 (cria-se o Conselho Federal - CFP e os Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs e se dá outras providências), os CRPs devem funcionar como tribunais regionais de ética profissional e o CFP como tribunal superior de ética profissional.

A apuração de faltas éticas de psicólogos(os) é regulamentada Nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), em coerência com o Código de Processamento Disciplinar, estabelecido pela Resolução CFP nº. 006/2007 e com a Resolução CFP nº 007/2016, que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP nº 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar. A partir do dia 26/07/2019 entrou em vigor o novo CPD, instituído pela Resolução CFP nº 011/2019.

Na jurisdição dos CRPs, as Comissões de Orientação e Ética – COE, são responsáveis por dar andamento às denúncias acolhidas pelo Conselho. Uma vez recebidas na COE, as denúncias são encaminhadas, como se pode compreender pelo fluxograma disponível no menu “ÉTICA/FISCALIZAÇÃO”. As ações do CRP-12 são balizadas em padrões técnicos, científicos e éticos, primando pela reflexão do profissional no exercício de sua práxis com responsabilidade pessoal e social, garantindo o exercício da profissão com qualidade ética e técnica.

A COE do CRP-12 foi composta na gestão do IX Plenário pelas(os) conselheiras(os) Rodrigo Gomes Ferreira, CRP 12/14178 (presidente) e conselheiras(os) membros: Tatiane Cristine da Silva, CRP 12/08607; Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, CRP 12/01706; Alexandre Donisete Aleixo, CRP 12/13582. Também integram colaboradoras(es): Giulianna R. C. L. Remor, CRP 12/05268; Igor Schutz dos Santos, CRP 12/07736; Ana Maria Pereira Lopes, CRP 12/01423; e a Deise Nascimento. Na gestão do X Plenário, que assumiu em 26/09 do ano corrente, a COE está composta pelas(os) Conselheiras(os) Diego Remor Moreira Francisco, CRP-12/13240 (presidente), Mariana Macedo Nóra, CRP-12/15000 e Janaína Henrique, CRP-12/05625 (membros). Também

compõe a COE a Psicóloga Assistente Técnica do CRP-12, Flávia Elisa Haut, CRP-12/02141 e atualmente a Psicóloga Assistente Técnica Iramaia Ranai Gallerani, CRP-12/14108.

### **2.1.1 Tramitação processual**

A COE realiza reuniões semanais para análise de processos e otimização do fluxo dos encaminhamentos. Também é objetivo das reuniões produzir celeridade e eficácia na tramitação dos processos e manter o diálogo estreito e necessário com o Plenário, COF e assessoria jurídica. Os resultados alcançados, decorrentes dos encontros semanais dos integrantes da comissão e da tramitação dos processos junto ao Plenário, está colocado na planilha a seguir. Importante destacar que neste ano de 2019 a quantidade de recebimento de denúncias disparou, ultrapassando em muito o total de denúncias recebidas em anos anteriores.

<b>Novas Denúncias</b>	<b>99</b>
<b>Reuniões da Comissão</b>	<b>44</b>
<b>Tomada de Esclarecimento (fase preliminar)</b>	<b>2</b>
<b>Tomada de Depoimento (processo instaurado)</b>	<b>11</b>
<b>Pedido de diligência à COF</b>	<b>10</b>
<b>Encaminhamento para a CAM</b>	<b>3</b>
<b>Apreciação do Parecer da COE</b>	<b>18</b>
<b>Apreciação do Relatório de Pedido de Reconsideração</b>	<b>13</b>
<b>Julgamento CRP-12</b>	<b>7</b>
<b>Recurso enviado para CFP</b>	<b>1</b>
<b>Julgamento CFP</b>	<b>4</b>
<b>Intimações expedidas</b>	<b>26</b>
<b>Convocações expedidas</b>	<b>7</b>
<b>Editais publicados</b>	<b>3</b>
<b>Penalidade executada</b>	<b>6</b>
<b>Reuniões Plenárias Extraordinárias</b>	<b>8</b>
<b>Reuniões Plenárias de Julgamento</b>	<b>4</b>

### **2.1.2 Oficinas de Orientação e Ética**

Comissão de Orientação e Ética (COE), em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), realizam desde 2014 as Oficinas de Orientação e Ética, com objetivo de capacitar psicólogas(os) sobre a dimensão ética relacionada ao seu exercício profissional. Também visa promover o debate qualificado à formação da(o) psicóloga(o) e fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional. Para promover esta atividade, os conselheiros têm se reunido em busca de qualificação para o debate com os acadêmicos de Psicologia e psicólogas (os). Os dados da atuação profissional em Santa Catarina estudados são resultantes do levantamento das denúncias recebidas pela COE nas gestões do CRP-12 e dos atendimentos realizados pelas psicólogas assistentes técnicas tanto da COE, como da COF. Em 2019 foi realizada uma Oficina de Orientação e Ética, na cidade de Tubarão, na UNISUL, no dia 13 de maio.

### **2.1.3 Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia**

Considerando a introdução da Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia, como forma de solução consensual de conflitos, com a qual se deseja alcançar a justiça nos processos éticos, em 21 de junho de 2016 o CFP publicou a Resolução nº 007/2016, que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Éticas e alterando a Resolução CFP nº 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar.

Assim sendo, e conforme estabelecido por esta resolução do CFP, o CRP-12 publicou sua Resolução nº 006/2017, em 29/06/2017, que institui a Câmara de Mediação e outras possibilidades de auto composição dos conflitos ético-disciplinares no âmbito de Santa Catarina (12a região). Na sequência, em 22 de setembro de 2017, o CRP-12 publicou o primeiro edital para o processo seletivo dos mediadores. E no dia 15 de dezembro de 2017 restou concluída a etapa de seleção com a publicação das cinco mediadoras independentes selecionadas.

A qualificação das mediadoras foi realizada em encontro presencial no dia 02/03/2018, na sede deste CRP-12. Para organização administrativa dos processos em andamento, em reunião de COE realizada em 20/03/2018, houve a decisão de suspensão dos trâmites processuais de todos os 85 processos em trâmite à época, diante da necessidade de intimar as partes de todos os processos, inclusive os já julgados com pendência sobre a aplicação da penalidade. A Comissão determinou a suspensão dos trâmites processuais e o envio da Carta Convite para a Mediação às partes interessadas nos autos. A suspensão perdurou até o momento da manifestação das partes ou do término do prazo, mesmo que sem apresentação de interesse das partes pela mediação. Apenas não tiveram os trâmites processuais suspensos aquelas representações e processos éticos em que uma das partes encontrava-se incomunicável ou que tivesse sido declarada revel.

No ano de 2019, 03 processos foram encaminhados à Câmara de Mediação e foram realizados encontros de mediação em todos, resultando em 01 acordo, sendo que 02 continuam em processo de mediação. O acordo exitoso restou homologado pelo Plenário. Entendemos que a mediação trouxe retornos positivos, mesmo nas situações em que o acordo entre as partes não resultou exitoso, considerando que as partes interessadas nos processos encontram, por este meio, a possibilidade de dialogar de forma respeitosa sobre o conflito, o que promove a autorreflexão dos indivíduos sobre seus atos e, conseqüentemente, a reparação do dano causado à vítima, a responsabilização de quem o causou e a restauração de laços sociais.

#### **2.1.4 Encontro Nacional da COE e COF 2019**

Nos dias 11, 12 e 13 de novembro, os representantes de COE e COF do CRP 12 - X Plenário participaram do Encontro Nacional de COE-COF 2019, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em sua sede, em Brasília. Na ocasião, foi **fomentado o diálogo entre a técnica e a ética**, no qual se articulam os 24 Conselhos Regionais de Psicologia, visando à qualidade do exercício profissional, bem como a troca de experiências e saberes que englobam a orientação e fiscalização.



## 2.2 Comissão de Orientação e Fiscalização – COF

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF pauta-se considerando as funções precípua de orientar e fiscalizar o exercício profissional da(o) psicóloga(o), assegurando o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão, resguardando junto à população bons serviços dentro de preceitos éticos e profissionais e garantindo autonomia e dignidade profissional à(ao) psicóloga(o). De acordo com a Política de Orientação e Fiscalização (POF), Resolução CFP nº 010/2017, constitui-se como objetivo principal da COF: coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e fiscalização, e assistir ao Plenário do CRP nos assuntos de sua competência. No decorrer de 2019, a comissão realizou um conjunto de ações que seguem descritos abaixo:

### 2.2.1 Projeto Orientações Itinerantes

O projeto Orientação Itinerante é uma ação promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina através da comissão de orientação e fiscalização (COF). A ação é resultado das



demandas que chegam ao CRP-12 como demandas de orientação. Ao todo, a proposta é percorrer 11 municípios em todas as regiões de SC levando orientação a categoria e contribuindo para uma prática profissional ética e de qualidade.

No ano de 2019, as ações começaram no dia 19 de fevereiro, na Faculdade Avantis em Balneário Camboriú mais um encontro do Projeto Orientação Itinerante, desenvolvido pela Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP 12. Participaram da discussão sobre atendimento online, cerca de 250 pessoas, entre estudantes de psicologia e psicólogos(os). Além de fomentar discussões e promover reflexão sobre o tema elencado o



encontro, na avaliação dos participantes, serviu para aproximar a COF e consequentemente o CRP 12 da formação e da prática profissional.

No dia 12/03 o encontro foi realizado na Universidade Regional de Blumenau (FURB), em Blumenau, e o tema escolhido, por meio de enquete, foi "Publicidade Profissional, habilitação para o exercício da Psicologia e inscrição de Pessoa Física e Pessoa Jurídica".



Além de reflexões e normatização para a publicidade e habilitação ao exercício profissional, seja enquanto autônoma(o) ou pessoa jurídica legalmente constituída, foram abordados temas como: exercício ilegal da profissão, importância da Carteira de Identidade Profissional, Cadastro Nacional de Psicólogos(os) – ferramenta utilizada para identificar a habilitação profissional – e responsabilidade técnica.

Na continuidade do Projeto de Orientação Itinerante, foi realizado em 22 de março o encontro na cidade de Lages. Este Projeto é promovido pela Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12 e teve como temática escolhida pelas(os) participantes de Lages a Avaliação Psicológica e a Elaboração de Documentos Psicológicos. A escolha do tema surgiu no momento oportuno em que está em andamento o período de transição entre a Resolução CFP 7/2003 e a nova Resolução CFP 6/2019 que já foi aprovada em APAF e foi publicada no Diário Oficial da União em 01/04/2019.



No dia 10 de abril, a Orientação Itinerante foi realizada em São Miguel do Oeste, na unidade da Unoesc. No encontro participaram acadêmicas(os) da universidade, profissionais, docentes e psicólogas(os), que atuam como peritas(os) de trânsito, clínica, saúde coletiva e em interface com a Justiça. Os debates se centraram nos questionamentos envolvendo a avaliação psicológica e a mudança da normatização de acordo com a Resolução nº 06/2019, além e outros temas e demandas para aprofundamento em eventos futuros.

Além dessas cidades, destaca-se que o projeto ocorreu nas cidades de Mafra, Rio do Sul, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Joaçaba, atingindo um número significativo de profissionais.

### **2.2.2 CRP-12 sedia o III Encontro de Fiscais do Sul**

Nos dias 11 e 12 de fevereiro, o CRP-12 sediou o III Encontro de Fiscais do Sul, que tem como objetivo a troca de conhecimentos e experiências entre as equipes técnicas e conselheiros/as das Comissões de Orientação e Fiscalização do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O primeiro encontro foi realizado na sede do CRP/RS, em Porto Alegre, o segundo, na sede do CRP/PR, em Curitiba, e o terceiro ocorreu na sede do CRP-12, em Florianópolis. Estiveram presentes 15 fiscais e 7 conselheiros/as dos três regionais, em dois dias de muitas discussões e pautas técnicas, entre elas o atendimento online, a atuação do/a psicólogo/a nas políticas públicas, avaliação psicológica, depoimento especial e escuta especializada, Práticas Integrativas e Complementares (PIC's), Comunidades Terapêuticas e processos e fluxos de trabalho em cada regional.



As trocas realizadas certamente contribuirão muito para a realização de um trabalho cada vez mais qualificado e alinhado com a função precípua do CRP-12 de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, garantindo à sociedade a prestação de serviços de Psicologia cada vez melhores.

Além disso, a aproximação e integração entre os/as participantes possibilita futuros contatos com mais facilidade e a construção de diálogos potentes e transformadores. O próximo encontro deve ocorrer novamente no Rio Grande do Sul, em 2020, dessa vez em uma das subsedes do regional, com o objetivo de potencializarmos ainda mais espaços de discussão e construção da Psicologia também fora da capital.

### **2.2.3 Parceria com o Detran pela avaliação psicológica**

Dentro da Campanha de Valorização da Avaliação Psicológica, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) firmou parceria com o Detran/SC para levar informações e esclarecimentos à população sobre a importância da avaliação psicológica para habilitação de condutores de veículos terrestres. Ações conjuntas serão desenvolvidas para distribuição de material didático produzido pelo CRP sobre o assunto.

Além da campanha, a reunião também foi de aproximação e alinhamento de outras ações necessárias para o bom trabalho das(os) psicólogas(os) prestadoras(es) de serviço ao Detran. A proposta é que as equipes técnicas trabalhem alinhadas, pensando estratégias conjuntas para entregar um trabalho com cada vez mais qualidade à população.



A avaliação psicológica é prevista no Código de Trânsito Brasileiro para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). É um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando estratégias psicológicas - métodos, técnicas e instrumentos - reconhecidas pela Psicologia. No contexto do trânsito, ela deve ser realizada por psicóloga(o) qualificada(o) no assunto.

#### **2.2.4 Manual de orientações sobre publicidade profissional**

Para se denominar psicóloga(o) e exercer a profissão é preciso estar inscrita(o) no Conselho Regional de Psicologia da sua região. Os Conselhos Regionais e Federal têm a função de acompanhar o exercício profissional da Psicologia para garantir à população a oferta de um trabalho ético, técnico e pautado na ciência psicológica. Divulgar-se usando o título de psicóloga(o) ou exercer a profissão sem a devida inscrição no Sistema Conselhos de Psicologia caracteriza exercício ilegal da profissão. Frente ao exposto, a



Comissão de Orientação e Fiscalização, no exercício de suas atribuições de orientar a categoria sobre o exercício profissional, publica um manual sobre o artigo 20 do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Esse artigo traça diretrizes importantes para a publicidade profissional nos mais diversos meios de comunicação, seja impressa ou virtual.

### 2.2.5 Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional – CIP

Uma das atribuições da COF, juntamente com a Secretaria é a realização das Cerimônias de Entregas de Carteiras Profissionais para os novos inscritos no CRP-12. Em 2019, foram realizadas 37 cerimônias, em todas as regiões do estado. Ao todo, foram realizadas nove cerimônias em Florianópolis, as cidade de Joinville e



Criciúma ocorreram cinco cerimônias cada. Chapecó e Blumenau ocorreram quatro cerimônias, Lages, Caçador, Itajaí e Balneário Camboriú ocorreram duas cerimônias. E nas cidades de Tubarão e Rio do Sul uma cerimônia em 2019.

### 2.3 Comissão de Análise do Título de Especialista – CATE

O registro profissional de especialista é fornecido pelo Conselho Regional no qual a(o) psicóloga(o) tem sua inscrição principal. Cabe à Comissão de Análise do Título de Especialista a análise preliminar dos documentos e seu parecer sobre a concessão ou não do título – com base nas Resoluções CFP nº 03/16 que altera a Resolução CFP 013/2007 que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Por conseguinte, o Plenário aprova ou não a concessão do título profissional de especialista.

Atualmente, são 12 as especialidades em Psicologia:

- I - Psicólogo especialista em Psicologia Escolar/Educacional
- II - Psicólogo especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho

- III - Psicólogo especialista em Psicologia de Trânsito
- IV - Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica
- IX - Psicólogo especialista em Psicomotricidade
- V - Psicólogo especialista em Psicologia do Esporte
- VI - Psicólogo especialista em Psicologia Clínica
- VII - Psicólogo especialista em Psicologia Hospitalar
- VIII - Psicólogo especialista em Psicopedagogia
- X - Psicólogo especialista em Psicologia Social
- XI - Psicólogo especialista em Neuropsicologia
- XII - Psicologia em Saúde

Novas especialidades poderão ser regulamentadas pelo CFP, sempre que sua produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem.

As reuniões da CATE se deram às vésperas das reuniões Plenárias Ordinárias realizadas ao longo do ano, sendo recebidos 124 requerimentos do título profissional de especialista. O resultado decorrente das análises da comissão e, conseqüentemente do Plenário, pode ser visualizado na planilha a seguir:

<b>Decisão</b>	<b>Total</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Parcial</b>
<b>Concessão</b>	96	Psicologia Clínica	29
		Psicologia do Trânsito	18
		Psicologia em Saúde	12
		Psicologia Hospitalar	7
		Psicologia Jurídica	2
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	0
		Psicologia Social	1
		Psicomotricidade	1
		Psicopedagogia	2
		Neuropsicologia	14
		Avaliação Psicológica	7
		Psicologia do Esporte	2
		Psicologia Escolar/Educacional	1
<b>Não concedido</b>	14	Psicologia Clínica	4
		Neuropsicologia	0
		Psicopedagogia	0
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	1
		Psicologia Hospitalar	0

		Psicomotricidade	1
		Psicologia Escolar/Educacional	3
		Avaliação Psicológica	1
		Psicologia do Trânsito	2
		Psicologia em Saúde	2
<b>Em análise</b>	14	Psicologia Clínica	5
		Neuropsicologia	1
		Psicologia do Trânsito	1
		Avaliação Psicológica	4
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	3

## **2.4 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP**

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) tem sido um potente meio de produção de referência éticas e técnicas para as(os) psicólogas(os), auxiliando na realização das pesquisas nacionais e na atualização de pesquisas e política indutora em SC. Entre as referências publicadas, destaca-se: Atuação de Psicólogas(os) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas à terra; Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito; Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os). Também vale destacar que via CREPOP, foi finalizado às pesquisas regionais (saúde suplementar, GT Concursos, mapeamento de psicólogas(os), mídia e psicologia, entre outros. Sendo que dessas pesquisas, foram publicados dois cadernos temáticos. Um sobre saúde suplementar e outros sobre orientações para realização de concurso público para psicóloga(o).

### **2.4.1 Lançamento de consulta pública para produção de referências técnicas**

A consulta pública é uma das etapas da metodologia do CREPOP antes do lançamento de uma referência. A ideia dessa fase é que psicólogas(os) possam fazer contribuições ao documento final, tornando o processo de elaboração da referência mais democrático e participativo. Saiba mais sobre o processo de investigação da prática e metodologia do CREPOP.



O CRP-12, em conjunto com o CFP, por meio do CREPOP, abriu diversas consultas públicas, às(os) psicólogas(os) para a futura publicação de:

- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Esporte;
- Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde;
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) nos Serviços Hospitalares do SUS;
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de IST/HIV/Aids;
- Referências Técnicas para Atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres;
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Diversidade Sexual;
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Política de Segurança Pública;
- Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais.

O resultado das consultas públicas e dos grupos focais foram compartilhados na última reunião nacional do CREPOP, nos dias 22 e 23 de novembro. A reunião marcou o encerramento das atividades de 2019 e pelo início do planejamento para 2020. A conselheira Roberta Borghetti Alves e a técnica Letícia Just Guerra estiveram em Brasília representando o CRP-12.

#### 2.4.2 Lançamento de referências técnicas para atuação da Psicóloga

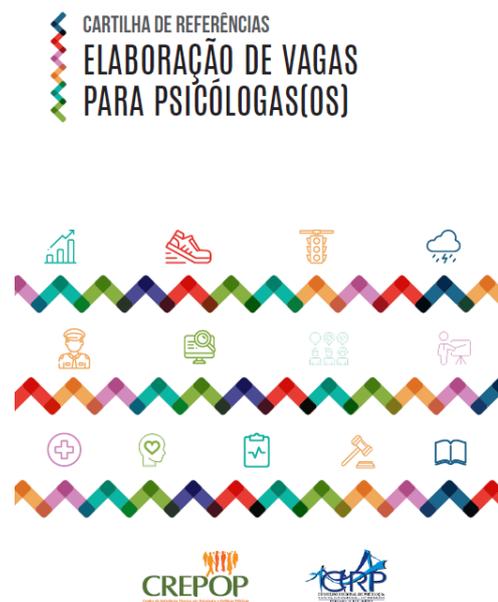
Este ano, o CRP-12, juntamente aos demais Conselhos Regionais e Federal, elaborou oito referências técnicas voltadas à atuação da psicóloga e do psicólogo: Atenção Básica; Serviços Hospitalares do SUS; Saúde do Trabalhador no âmbito da saúde pública; Políticas Públicas de álcool e outras drogas; Políticas Públicas do Esporte; Varas da Família; questões relacionadas à terra; e Educação Básica. Todas estão disponíveis para acessar em nosso site: <http://www.crp12.org.br/referencias-tecnicas-1>.



#### 2.4.3 Cartilha de Referências: Elaboração de Vagas para Psicólogos(os)

Considerando as funções precípuas, o CRP-12, em conjunto com o Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SinPsi-SC) e Fórum de Entidades de Psicologia Catarinense (FEPSIC), constituiu o Grupo de Trabalho Concursos Públicos, com o objetivo de analisar as demandas relacionadas aos editais de concursos e processos seletivos com ofertas de vagas a psicólogos(os) e avaliar, ainda, questões trabalhistas, como carga horária e remuneração ofertadas.

Em decorrência desse trabalho, o CREPOP elaborou a **cartilha de referências: elaboração de vagas para psicólogas(os)**, organizada no sentido de auxiliar no processo de elaboração dos editais de certames que ofertem vagas para a(o) profissional psicóloga(o). Desse modo, apresentamos as atribuições profissionais e materiais de referência para cada área de atuação, além de realizar indicativos sobre jornada de trabalho e remuneração.



Espera-se, com este material, que foi encaminhado a gestoras/es de políticas públicas de saúde, educação e assistência social, além de bancas organizadoras, qualificar e valorizar o trabalho da(o) psicóloga(o) e promover a saúde mental da(o) profissional que ingressa em concursos públicos e processos seletivos. Além disso, que o exercício profissional da(o) psicóloga(o) ocorra de forma ética, pautado nas diretrizes para cada área em questão.

## 2.5 Comissão de Direitos Humanos - CDH

A Comissão de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia foi instituída em âmbito Federal desde a década de 1990, possui como grande atribuição atender-se para as situações de violação aos direitos básicos que produzem sofrimentos, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidades sociais. Entre os princípios que consta no Código de Ética da Psicologia, o artigo 1º versa sobre a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, sendo este princípio transversal a qualquer prática a ser realizada pelas(os) psicólogas(os). Cabe a Comissão desenvolver reflexões e ações sobre as questões que envolvem a prática profissional e a garantia dos direitos da população em geral. Neste sentido, temos dedicado atenção às causas que envolvem situações de violação de Direitos de diversos grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidades, preconceituosas e por práticas excludentes. Para cumprir com seus objetivos, no ano de 2019 realizou-se as seguintes atividades:

### 2.5.1 *Ciclo Formativo sobre o Racismo Institucional*

O Ciclo Formativo sobre o Racismo Institucional, que ocorreu entre os meses de abril e julho de 2019, foi elaborado no intuito de fomentar conhecimentos acerca dos diferentes âmbitos do racismo, destacando especialmente o racismo institucional. Teve por objetivo promover o diálogo sobre os efeitos do racismo na estrutura



social, que acaba por reforçar lugares de subalternidade e sofrimento psíquico à população negra, ao passo que solidifica o lugar de privilégio da população branca. Além de contribuir na reflexão para a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo. A prática do racismo institucional pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados. Efetivada em estruturas públicas e privadas do país, essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado e desigual. A relevância de um trabalho de letramento racial e de enfrentamento às diversas formas de racismo partindo desde dentro da instituição Conselho se justifica pela necessidade de afirmar o compromisso ético-político dos profissionais envolvidos com a psicologia como determina a Resolução CFP 018/2002: “Profissionais não devem exercer qualquer ação de favorecimento *da discriminação ou de preconceito de raça ou etnia. A Psicologia não pode ser conivente ou se omitir frente ao racismo.*” Cabe destacar o Racismo Institucional, um dos âmbitos que está mais diretamente articulado às ações políticas e sociais, públicas e/ou privadas, que promovem à longo prazo desigualdades.

O curso foi ministrado por integrantes da Articulação Nacional de Psicólogas (os) e e Pesquisadora(es) Negras(os – Núcleo Santa Catarina.

e Pesquisadoras(es) sobre Relações Raciais e Subjetividades. A atividade é uma ação que foi prevista pelo planejamento estratégico do CRP-SC elaborada pelo IX Plenário. Os módulos foram ofertados em duas datas, visando garantir ampla participação, considerando que foram convocadas trabalhadoras(es), conselheiras(os), colaboradoras(es). Foram realizados três módulos:

Módulo I – Contextualização histórica do racismo; âmbitos do racismo: o que é racismo institucional? ;

Módulo II – Diagnóstico situacional: identificando pontos nevrálgicos da instituição e trabalhando as relações interpessoais;

III – O que podemos fazer? Construindo ações que promovam uma práxis de enfrentamento ao racismo institucional.

No último módulo foram elaboradas estratégias de enfrentamento ao racismo institucional nas ações internas e externas do CRP-SC, a partir disso, foi elaborada uma carta de compromisso de continuidade destas ações que será entregue ao próximo plenário que assumir a gestão do conselho.

## 2.5.2 Ações em defesa dos direitos LGBTI+

### 2.5.2.1 Feira Cultural LGBTI+ e da 13ª Parada do Orgulho LGBTI+

O dia 07 de setembro, data que antecede mais uma edição da já tradicional Parada do Orgulho de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e outras identidades não hegemônicas (LGBTI+), foi marcado pela Diversa Feira Cultural. Florianópolis recebeu o evento que contou



com a participação de entidades de classe, como o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de expositores ligados a movimentos sociais como Movimento 8M, Gapa SC, ADEH, Acontece Arte e Política LGBTI+, Aplicativo Nohs Somos, entre outras.

Cerca de 1 mil pessoas passaram pela Feira montada no Centro da Capital. “Esta é uma pauta extremamente importante considerando a realidade do Brasil. Nosso país tem índices altos de assassinato de pessoas LGBTIs, além de muita prática de ódio e exclusão. A Psicologia tem muito a contribuir em relação aos princípios éticos e políticos para minimizar os impactos que essa população está submetida.

### 2.5.2.2 *Simpósio de Psicologia Travestilidades e Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização*

O Simpósio de Psicologia Travestilidades e Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização ocorreu durante o IV Seminário de Atenção Psicossocial. Contou com a participação de importantes referências nacionais no tema da despatologização das Travestilidades e Transexualidades. O evento contou com uma mesa majoritariamente Trans que pode não apenas falar das suas histórias, mas como pessoas detentoras de conhecimento. O evento também contou com o lançamento de dois livros organizados pelo sistema conselhos de Psicologia, referente ao tema. São eles: “Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da Despatologização” e “Tentativas de Aniquilamento e Subjetividades LGBTI”. As duas edições estão em PDF no site e redes sociais do CRP-SC e do CFP.

### 2.5.3 *Reunião Ampliada debate sobre o compromisso ético-político da Psicologia e dos Direitos Humanos*

Na direção de atuar na perspectiva de garantia de Direitos, a Comissão de Direitos Humanos (CDH/CRP-12) realizou diversas ações, entre elas a reunião ampliada sobre o compromisso ético-político da Psicologia e dos Direitos Humanos. A



atividade teve origem devido ao aumento de casos de violação de direitos que tem chegado ao conhecimento da Comissão. Frente ao exposto, a Comissão sentiu a necessidade de chamar as Comissões, Eixos, GTs, trabalhadoras(es) e demais colaboradoras(es) vinculados à instituição para debater e sugerir estratégias para lidar com esse cenário atual. Todas as propostas sugeridas na reunião ampliada foram analisadas pela CDH/CRP-12. De forma geral, os indicativos subsidiaram as ações articuladas com as demais comissões do CRP-12, bem como, serviram de subsídio para reavaliação do planejamento estratégico durante o IX Plenário.

#### **2.5.4 Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura**

O CRP-12 integra a Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura, movimento criado em 2015 como o objetivo de lutar para instituir o sistema de prevenção e combate à tortura em SC, conforme previsto na Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013. Mensalmente, a comissão se reúne para dialogar sobre pautas diversas relacionadas a violência de Estado, tortura e tratamentos degradantes oriundos de todos os sistemas de privação de liberdade.

Esse grupo conseguiu colocar para apreciação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), um projeto de lei que cria os dispositivos. Porém, com o fim da legislatura o projeto foi arquivado. Com isso, uma das ações de 2019 foi retomar o diálogo com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), com objetivo de retomar o apoio para implantar o Sistema de Prevenção à Tortura no Estado. Ao iniciar uma nova legislatura no parlamento, a Comissão entregou ao Deputado Fabiano da Luz, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesc, um breve histórico das ações realizadas nos últimos 4 anos e pediu providências frente à omissão do Estado na implementação de políticas de combate à tortura.

Ao final da reunião, o Deputado Fabiano da Luz assumiu o compromisso de promover a discussão, ampliando o debate junto aos demais parlamentares e na Comissão de Direitos Humanos do Legislativo. A comissão Pró-Sistema de Prevenção à Tortura é composta



por diversas entidades e movimentos sociais de Santa Catarina que têm promovido, desde sua criação, um conjunto de ações, como reuniões, seminários, visitas às secretarias de Estado, produção de documentos e relatórios, inspeções a fim de evidenciar a necessidade de implementar o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura.

#### **2.5.5 Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura**



Em junho de 2019, o CRP-12 auxiliou na realização do debate sobre o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura. A atividade aconteceu no plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e fez parte do Ciclo de Debates da Comissão de Prevenção à Tortura, pela Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura com e pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-SC). O local do primeiro encontro foi simbólico, já que Wright, deputado cassado pelo Ato Institucional no 5, é desaparecido político desde 1973, quando foi preso pelos militares e nunca mais encontrado.

## 2.6 Comissão Mulheres e Psicologia

### 2.6.1 *Diálogos sobre lesbofobia, feminicídio e violências contra as mulheres*

Desde seu lançamento no ano 2000, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) vem crescendo no Brasil como um movimento social feminista organizado. Estão entre os seus objetivos estimular e facilitar a organização de várias atividades de formação, debate, cultura e intercâmbio entre suas participantes, atuando a nível nacional e internacional para o enfrentamento das violências de gênero, raça e classe.

Entre os dias 15 e 17 de fevereiro de 2019, na FETAESC/Barreiros, em São José/SC, ocorreu o curso de formação da MMM-2019, onde foram abordados diversos assuntos, especialmente “Democracia, preservação do meio ambiente e a sustentabilidade dos movimentos de mulheres”. A Comissão Mulheres e Psicologia do CRP-SC, promoveu durante o evento discussões e intervenções com a categoria profissional e com a sociedade, sobre

**Diálogos**

**"Lesbofobia, Feminicídio e violências contra as mulheres"**

(Pré-evento da Formação da Marcha Mundial das Mulheres)

- Apresentação do Dossiê do Lesbocídio  
Dra. Suane Felipe Soares - UFRJ
- Feminicídio e violências contra as mulheres em SC  
Dra. Janyne Sattler - UFSC
- Mediação com a Comissão Mulheres e Psicologia  
CRP-SC

Dia: 14/02 Horário: 19h Local: Sinte SC

Logos: UFRJ, UFSC, CRP, SINTE-SC

como a Psicologia se posiciona pela promoção de saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e sua contribuição para a eliminação de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão em relação às mulheres.

### ***2.6.2 Comissão Mulheres e Psicologia do CRP-SC presente nas manifestações do 8M***

O CRP-SC, através da Comissão Mulheres e Psicologia, e juntamente com outros movimentos, serviços e instituições, está participando da construção das ações do 8M. A garantia dos direitos das mulheres é fundamental para combater todas as formas de violência. A grande maioria



das(os) profissionais de psicologia são mulheres, que se dedicam ao atendimento de outras mulheres, muitas vezes vítimas das diferentes formas de violência, sejam psicológicas, físicas, sexuais entre outras, que acontecem em diferentes espaços, inclusive no doméstico.

A Psicologia está sendo presente nas unidades de saúde, delegacias, escolas, CRAS, consultórios e muitos outros espaços, e nosso compromisso é pela construção de estratégias de escuta, acolhimento e intervenções junto à essas mulheres e na sociedade, para o enfrentamento dessa situação. Assim, o CRP-SC tem se colocado como participante do movimento e chamou psicólogas(os) para participarem das atividades que ocorreram em:

- Florianópolis: 08/03, com saída em marcha às 19h, em frente ao Ticen
- Chapecó: 08/03, das 9 às 13h, na Praça Central
- Joinville: 08/03, início às 16h com saída em marcha às 19h, na Praça da Estação Ferroviária
- Lages: 09/03, das 9 às 14h, no Calçadão

### 2.6.3 Participação Encontro Catarinense de Saúde Mental

Entre os dias 30 abril a 3 de maio, Florianópolis sediou o XII Encontro Catarinense de Saúde Mental (XII ECSM), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante os três dias de evento, uma ampla programação reuniu profissionais, estudantes, pesquisadores, usuários, agentes públicos e demais interessados em Saúde Pública de várias partes do Brasil e América Latina.

O Encontro é uma iniciativa do Departamento de Saúde Pública da UFSC, da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) e contou com a parceria de diversos órgãos públicos e demais entidades da sociedade civil.

Sob o tema “Nada sobre nós, sem nós”, o evento foi realizado concomitantemente com o I Fórum Sul-Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, I Simpósio de Prática e Pesquisa em Iboogaína (planta com fins terapêuticos) e o Pré-Encontro do IV Seminário de Atenção Psicossocial: as possibilidades de cuidado integral na atualidade.

Paralelamente, o CRP-SC organizou diversas atividades durante o evento, em que destacou as atividades desenvolvidas pela entidade e protagonizou diálogos sobre os temas discutidos. Saúde Mental é uma luta da Psicologia, temos uma parceria de longa data com a Abrasme e isso faz com que o CRP-SC seja mais que um apoiador. Logo, organizou rodas de conversa e oficinas e debatemos questões, como a luta antimanicomial e os retrocessos na Saúde.

O evento conseguiu reunir pautas políticas distintas, mas interligadas à Saúde Mental. Algum tempo já percebemos essa necessidade da intersetorialidade entre os debates. Saúde Mental não é algo restrito ao CAPS e ao RAPS, temos que pensá-la de forma ampla dentro da sociedade. E obviamente neste momento de tanta intolerância, as populações vulneráveis são as primeiras a serem afetadas e precisam ter voz neste espaço.

**XII ENCONTRO CATARINENSE DE SAÚDE MENTAL**  
01, 02 E 03 DE MAIO DE 2019

**PROGRAMAÇÃO GERAL DA TENDA DA COMISSÃO MULHERES:**

- 01 DE MAIO - TARDE - 14 HORAS**  
Reunião ampliada Comissão Mulheres e Psicologia
- 02 DE MAIO - TARDE - 14 HORAS**  
Quem é a louca? Diálogos sobre gênero e loucura
- 02 DE MAIO - TARDE - 16 HORAS**  
Práticas e vivências de saúde mental numa perspectiva de gênero
- 03 DE MAIO - MANHÃ - 10 HORAS**  
Violências de gênero: Um problema na saúde?
- 03 DE MAIO - TARDE - 14 HORAS**  
Direitos sexuais e reprodutivos para quem?

Local: **UFSC**

Todas as atividades serão mediadas por conselheiras e colaboradoras do CRP12

Durante a atividade, foram propostas diversas atividades, entre elas, as rodas de conversas da Tenda Mulheres e Psicologia, coordenada pela Comissão Mulheres do CRP-12. A tenda é um espaço aberto para compartilhamentos, livre diálogo e troca de experiências, e convida a todas as psicólogas para se aproximarem e participarem, trazendo suas reflexões e contribuições, colaborando também para a construção de um lugar potente, plural e de luta pela e para a psicologia.

### **3 COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CPP**

#### **3.1 Eixo Psicologia e Saúde**

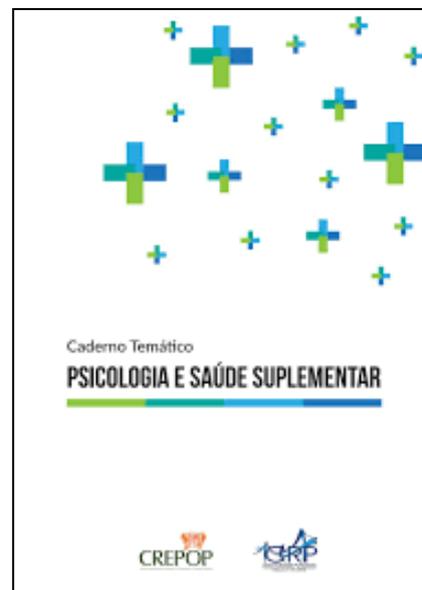
Em Santa Catarina, o Conselho Regional de Psicologia - CRP 12 tem participado da discussão e construção do campo Saúde, por meio do Eixo Saúde da Comissão de Políticas Públicas. E em um resgate histórico dos últimos anos pode ter como destaque algumas ações realizadas pelo CRP 12. São elas: mobilizações, realizadas em várias cidades do Estado, contra o Projeto de Lei do Ato Médico; eventos de Saúde Mental com usuários, pesquisas vinculadas aos espaços de atuação dos psicólogos e psicólogas no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do CREPOP; Ano Temático de Psicoterapia; Seminários de Atenção Psicossocial e apoio aos Movimentos sociais, como o da Luta Antimanicomial. Além disso, o Grupo de Trabalho em saúde do CRP 12 busca acompanhar/e ou ocupar representações nos espaços de controle social como o Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Entorpecentes, na Saúde Suplementar, na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador, entre outros. Abaixo, segue a descrição das principais atividades realizadas em 2019.

##### **3.1.1 *Saúde Suplementar***

Considerando os questionamentos e demandas das(os) profissionais psicólogas(os) que atendem pessoas provenientes dos planos de saúde, constituímos no âmbito do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região, um Grupo de Trabalho Interinstitucional Sobre Saúde Suplementar (GTSS), conjuntamente com o

Fórum das Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) e Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI/SC).

O GT, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) realizou pesquisas e grupos focais para ouvir as(os) profissionais, representantes de Pessoas Jurídicas, usuários visando mapear as principais demandas relacionadas ao trabalho da psicologia na Saúde Suplementar. Esta pesquisa também viabilizou a abertura do diálogo entre o GTSS e a Agência Nacional de Saúde - ANS, a qual contribuiu com relação a atribuições e as especificidades contratuais entre operadoras e prestadores dos serviços.



Todas estas produções resultaram na produção de um caderno temático que visa oferecer orientações a respeito dos aspectos éticos, técnicos e regulatórios concernentes à relação estabelecida com os usuários e com as operadoras dos planos de saúde. Neste sentido, o IX Plenário CRP/12 organizou eventos de lançamento do caderno, convidando profissionais de psicologia dos serviços de atendimento terapêutico, para que participem sua região. As atividades ocorreram nas seguintes cidades/ regiões:

- Florianópolis: 20 de fevereiro (quarta-feira), 19h às 22h. Sede do CRP
- Joinville: 19 de março (terça-feira), 19h às 22h. Subsede Norte
- Criciúma 16 de abril (terça-feira), 19h às 22h. Subsede Sul
- Chapecó 23 de abril, terça-feira, 19h às 22h. Subsede Oeste

A atividade mobilizou a participação de muitos profissionais. A conselheira do CFP, Rosane Granzotto também participou da atividade. A partir do caderno do CRP-12, foi convocada uma reunião nacional entre todos os conselhos regionais para dialogar sobre a importância de criar referências para a atuação das psicólogas nesse campo. Frente ao exposto, em setembro de 2019 o CFP lançou o Guia de Orientação: Psicologia e Saúde Suplementar, disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/GuiaSuplementar\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/GuiaSuplementar_web.pdf). Ambos os documentos são ferramentas importantes para nortear uma prática profissional, oferecendo orientações a

respeito dos aspectos éticos, técnicos e regulatórios concernentes à relação estabelecida com as Operadoras de Planos de Saúde.

### **3.1.2 Apresentação da pauta sobre Saúde Suplementar na ASCOP**

Representantes de conselhos profissionais de diversas áreas da saúde se reuniram na sede da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina (ASCOP) para debater temas comuns pertinentes às atividades



profissionais. A Associação é formada por 18 Conselhos Regionais em Santa Catarina e representa cerca de 350 mil profissionais. Entre os tópicos discutidos, esteve a organização de ações da ASCOP durante o Dia Mundial da Saúde, que será comemorado em 7 de Abril, a 16ª Conferência Nacional de Saúde e a apresentação do Caderno Temático Psicologia e Saúde Suplementar para as(os) participantes - lançado no final de fevereiro pelo CRP-SC, traz orientações a respeito dos aspectos éticos, técnicos e regulatórios estabelecidos entre usuários e as operadoras dos planos de saúde. O material é importante tanto para as(os) profissionais da Psicologia como para aquelas(es) que atuam na área da Saúde em geral. “Além da importância da organização política em relação à pauta da Saúde Suplementar, o Caderno orienta as(os) trabalhadoras(es) para que elas(es) possam realizar o exercício profissional com ética, qualidade e autonomia.

### **3.1.3 CRP-12 participa da Organização da Conferência Estadual de Saúde**

O Conselho Regional de Psicologia, titular no Conselho Estadual de Saúde - CES, participou ativamente da construção da Conferência Estadual e das Conferências Municipais de Saúde que ocorreram em 2019. A 8ª Conferência Estadual de Saúde ocorreu no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 4 a 6 de junho. Realizado a cada quatro anos, o encontro é uma das etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para o início de agosto. Sob o tema “Democracia e Saúde - Saúde como

Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”, a 8ª Conferência Estadual é o espaço onde as propostas escolhidas durante as conferências municipais, realizadas entre fevereiro e abril de 2019.

Segundo o secretário executivo do Conselho Estadual de Saúde, José Carlos da Cruz, a Conferência teve 278 municípios participantes com mais de 1.800 propostas apresentadas. Cerca de 850 pessoas, entre delegados e convidados, representando os quatro grupos de interesse na Saúde: usuários, gestores,



prestadores de serviços e trabalhadores. Após a Conferência Nacional, as propostas aprovadas irão construir as diretrizes do Plano Plurianual – PPA, dos Planos Municipais, Estadual e Nacional de Saúde. Entre as propostas discutidas está a revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela por duas décadas os investimentos na Saúde Pública no Brasil por 20 anos.

O CRP-SC participou do evento, assim como esteve presente em algumas conferências municipais. A população está ciente e lutando contra as perdas na saúde, em defesa do SUS e da cidadania. O momento é de além de lutar por mais avanços, defender o que já conquistamos.

### ***3.1.4 Psicologia na Atenção Psicossocial***

A Atenção Psicossocial sempre foi uma das pautas protagonizadas pelo CRP-12. Em 2019, diversas atividades foram realizadas e que culminaram no grande evento que foi a IV edição do Seminário de Atenção Psicossocial. Porém, antes do evento, outras ações ocorreram, entre elas a reunião ampliada sobre Atenção



Psicossocial, realizada em fevereiro de 2019, na sede do CRP-12. Para a reunião foram convidados os conselhos profissionais da área da saúde, entidades representativas dos usuários e trabalhadores da rede de Atenção Psicossocial e interessados no tema.

Os conselhos regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito10), Enfermagem (Coren/SC), de Medicina Veterinária (CRMV-SC) e de Fonoaudiologia (Crefono 3) enviaram representantes para contribuir com as discussões e possíveis ações a serem realizadas devido à Portaria do Ministério da Saúde que prevê um retrocesso nas políticas de saúde mental.

Entre os encaminhamentos da reunião, destacam-se o reforço na divulgação das conferências municipais de saúde para participação dos profissionais e contribuição na realização de uma Conferência Livre sobre saúde mental, que ocorreu no dia 4 de maio em parceria com a Comissão de Saúde da Ascop. Outras atividades foram: a) um debate online no dia 19 de março, 19h, transmitido pelo CRP-12, com participação de usuários e gestores; uma reunião dia 20 de março com a Frente Parlamentar de Saúde para entregar a minuta que contesta a Portaria do Ministério da Saúde e apresentação da mesma na reunião da Ascop no dia 21 de março.

Os representantes do Crefito10 e CRP-12 ainda fizeram contato com os deputados estaduais e federais que estão nas comissões de saúde para solicitar audiências públicas sobre o tema, a qual foi realizada e resultou na construção de uma Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental em SC. Também se abriu espaço para as mobilizações no dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. A reunião ainda buscou promover visibilidade ao assunto e participação no 4º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental que ocorreu entre os dias 1 e 3 de maio, na UFSC, numa promoção da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme). A reunião foi muito importante e possibilitou a continuidade de diversas ações que se desdobraram na defesa a atenção psicossocial em SC.

### **3.1.5      *Semana da Luta Antimanicomial***

Como é tradição, todo ano o CRP-12, junto com demais parceiros realiza um conjunto de ações alusivas a semana da luta Antimanicomial. Em 2019 ocorreram diversas ações entre 13 a 18 de maio, em Florianópolis. Organizada por diversos coletivos e com apoio de Centros Acadêmicos da UFSC, o evento possui atrações variadas na UFSC,



Passos. Em Blumenau ocorreu o evento alusivo ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio), realizado no dia 16 de maio de 2019 (quinta-feira), promovido pela associação Enlourecer em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial de Blumenau e também com a FURB através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. O dia da Luta Antimanicomial teve como objetivo conscientizar a população sobre este movimento e lutar pelo fim dos manicômios (reais e simbólicos), para que as pessoas em sofrimento psíquico sejam acolhidas, cuidadas e tratadas como sujeitos com direito de estar no convívio social. A programação contou com apresentações musicais, teatrais, oficinas, exposições, feira de Economia Solidária, entre outras atividades.

Em Florianópolis também ocorreram diversas atividades na rua, em que o CRP-12 apoiou. Entre elas, a II Caminhada do Orgulho Louco, o Ato Público em Defesa do CAPS Ponta do Coral, Instalação interdita para reforma do CAPS Ponta do Coral - (R. Rui Barbosa, 713 - Agrônômica, Florianópolis). A concentração foi às 14h, com oficinas de produção de cartazes, faixas e músicas. A Unisul também propôs rodas de conversa sobre saúde mental e a luta contra o modelo manicomial. Além disso, teve o 8º Bazar Vegano Floripa - Dia da Luta Antimanicomial, promovido pelo instituto Arco-Íris que contou com ampla participação dos movimentos sociais.

CESUSC, CRP-12, ALESC e no Centro de Florianópolis (Largo da alfândega, Câmara dos Vereadores e Instituto Arco-íris). Entre as atividades, destacam-se o Cine Debate sobre Gestão do Uso de Medicamentos, promovido pelo curso de Psicologia do CESUSC, que debateu sobre o Filme: 55

**18 DE MAIO**  
**DIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL**  
**POR UMA SOCIEDADE SEM**  
**MANICÔMIOS**

**CAMINHADA**  
**DO**  
**ORGULHO LOUCO**

ASSOCIAÇÃO  
ENLOURECER

DATA: 18/05/2019  
HORÁRIO: 10:00HS  
LOCAL: EM FRENTE AO MERCADO PÚBLICO –  
CAMINHAREMOS EM DIREÇÃO À PRAÇA XV

PARTICIPAÇÃO DO MARACATU BAQUE  
MULHER

Para finalizar as ações, no dia 20 de maio de 2019, a pedido do CRP-12, a Assembleia Legislativa (ALESC) promoveu Audiência Pública sobre a Saúde Mental. Audiência Pública buscou dialogar sobre os dispositivos normativos e institucionais no que diz respeito a atenção psicossocial, os avanços e conquistas no campo da saúde mental e que devem ser asseguradas tanto no campo da assistência à saúde, como também no campo normativo e jurídico. Ao final da audiência, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Atenção Psicossocial, junto a Comissão de Direitos Humanos da ALESC.

### **3.1.6 Audiência Pública em Defesa da Saúde Mental**

A Assembleia Legislativa, atendendo a um pedido do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região - Santa Catarina (CRP-12) e da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), realizou uma audiência pública para debater o atual panorama do atendimento psicossocial prestado



pelo estado e as propostas do Governo Federal para alterar o modelo atualmente vigente. O evento foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos e reuniu lideranças políticas, representantes de entidades, profissionais da área da saúde, estudantes e usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no estado.

O foco da audiência foi colher as demandas apresentadas pelos profissionais e usuários da rede de atendimento psicossocial em Santa Catarina. Na ocasião, foram formalizados diversos pedidos, que englobaram entre mais leitos em hospitais, reforço do serviço residencial terapêutico e das equipes de profissionais de saúde, criação de Caps 3 para atendimento 24 horas nos municípios e a instituição de um plano de saúde mental para o estado.

Além da realização da audiência pública, também foram realizados outros eventos alusivos ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Antecedendo os debates sobre a temática, houve a apresentação da oficina de teatro “Arte Para Todos”, realizada pelos integrantes dos Serviços Organizados de Inclusão Social (Sois), de Joinville.

Na sequência, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental, tendo Fabiano da Luz na coordenadoria e demais membros os deputados José Milton Scheffer (PP), Coronel Mocellin (PSL), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Ricardo Alba (PSL), Marcius Machado (PR), Mauricio Eskudlark (PR), Valdir Cobalchini (MDB) e Volnei Weber (MDB).

### 3.1.7 *IV Seminário de Atenção Psicossocial*

O IV Seminário de Atenção Psicossocial ocorreu nos dias 1, 2 e 3 de julho, no CentroSul, em Florianópolis. Ao longo dos três dias, o evento reuniu mais de 800 pessoas, entre profissionais, professoras(es), pesquisadoras(es), usuários, militantes da luta antimanicomial, entidades da Psicologia, universidades e movimentos sociais organizados que formam a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para debater os caminhos e as melhorias no cuidado integral dos usuários.



A programação do evento apresentou os seguintes eixos: Saúde Mental nos seus diferentes pontos de atenção; Política de estruturação da rede de atenção psicossocial (RAPS); O modo psicossocial: os avanços nas tecnologias de cuidado; e o protagonismo dos movimentos sociais e a importância desses espaços para o enfrentamento do sofrimento ético-político e para a promoção de direitos fundamentais.

Nos três dias do Seminário, foram realizadas conferências, mesas redondas, exposições, rodas de conversas, apresentações culturais e demais atividades sobre os diversos temas relacionados à Atenção Psicossocial, como humanização, assistência integral, articulação entre os pontos de atenção RAPS, os avanços nas tecnologias de cuidado e demais assuntos. Ao todo, mais de 13 entidades representantes de setores da formação, das associações de sujeitos de direitos e familiares, de trabalhadores da saúde mental e da militância foram parceiras na organização do evento.

Entre as principais atividades destacaram-se as conferências “as possibilidades de cuidado integral na atualidade”, com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Dimenstein, da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), “A saúde mental nos seus diferentes pontos de atenção”, com o Prof. Dr. Paulo Amarante, “atenção psicossocial: aposta ética, estética e política de construir um processo civilizatório nesses tempos sombrios”, com o Prof. Dr. Silvio Yasui, “a política de estruturação da RAPS de forma inter e intrassetorial”, com a Prof.<sup>a</sup> Ms. Marcela Adriana da Silva Lucena, e, finalizando com a conferência do Prof. Dr. Paulo Maldos sobre o protagonismo dos movimentos sociais e a importância desses espaços para o enfrentamento do sofrimento ético-político e para a promoção de direitos fundamentais. Esse evento tem se consolidado como uma grande referência da saúde mental. Um ponto de encontro de profissionais e usuários para debater sobre a situação da RAPS no estado.

### **3.1.8 Lançamento do livro sobre Travestilidades e Transexualidades**

A última atividade do primeiro dia (1º de julho) do IV Seminário de Atenção Psicossocial foi o Simpósio de Psicologia Travestilidades e Transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização com as palestrantes Bruna Benevides, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Céu Cavalcanti, psicóloga, doutoranda em Psicologia na UFRJ e o palestrante Christian Pedro Mariano, do Instituto Acontece – Arte Política LGBTI+. A mediação foi do conselheiro do CRP-SC, Ematuir Teles de Sousa.

O evento teve início com a atividade com a homenagem do Conselho Regional de Santa Catarina (CRP-SC) a treze instituições que atuam em prol da garantia dos direitos da população LGBTI no Estado. Os representantes das entidades receberam uma placa comemorativa e as duas publicações lançadas no evento: “Psicologia, Travestilidades e Transexualidades: compromissos ético-políticos da Despatologização” e “Tentativas de Aniquilamento e Subjetividades LGBTI”. As duas edições estão em PDF no site e redes sociais do CRP-SC e do CFP. Os dois livros tratam sobre o compromisso ético-político da Psicologia com os Direitos Humanos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTIs).

#### **As entidades homenageadas foram:**

- ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
- Acontece - Arte e Política LGBTI+

- ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis
- GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Santa Catarina
- Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais
- Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos
- Amigos e Tribos
- Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Epicen@s - Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Núcleo Margens - Modos de vida, família e relações de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- IEG - Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil/SC
- NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC



A publicação “Psicologia, Travestilidades e Transexualidades : Compromissos Éticos-políticos da Despatologização foi uma iniciativa do CRP-12, com o intuito de contribuir problematizar o processo de despatologização das travestilidades e transexualidades, reiterando o compromisso da Psicologia contra a exclusão e marginalização das pessoas travestis e transexuais e contra a produção histórica de categorias patologizadoras. Para o livro, foram convidadas pessoas que participaram de seminários desenvolvidos pelo CRP-SC em 2016 e 2017, sobre o assunto, além de outros nomes importantes no cenário brasileiro sobre o tema, ampliando o debate sobre a construção de espaços de resistência aos processos de patologização das pessoas trans e travestis, no Brasil.

### **3.2 Eixo Psicologia e Educação**

O Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas (CPP) do CRP-12 tem como objetivo construir espaços coletivos de discussões entre psicólogas (os) e outros profissionais que atuam na educação, consolidando um lugar de referência técnica, científica e metodológica na atenção e compreensão crítica da Psicologia Escolar e Educacional no diálogo com a escola.

A comissão de políticas públicas, eixo educação, compreende a relevância dessa discussão, na medida em que se observa a inserção da psicologia em diversas formas no cenário educacional como, por exemplo, em disciplinas específicas, em temas trabalhados em disciplinas atravessadas pela discussão do processo de constituição do sujeito, aprendizagem e desenvolvimento, relações entre professores e estudantes, funcionamentos escolares, dificuldades no processo de escolarização, entre outros.

Nessa direção, conforme acena o documento produzido no ano da Psicologia na Educação de 2008, há uma necessidade premente de enfatizar a importância da Psicologia – enquanto ciência e profissão – e sua contribuição no que se refere a consolidação da luta pelo direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos direitos humanos, no respeito a diversidade e com compromisso social e político. Entende-se que a atuação das (os) psicólogas (os) nesses espaços poderá contribuir para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem

reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino. Entre as atividades do eixo em 2019, destacam-se:

### 3.2.1 *CRP-12 manifestou-se contra os cortes na educação.*

Em uma das maiores manifestações já vistas em Florianópolis, 20 mil pessoas (segundo a Polícia Militar - organizadores citam 30 mil pessoas), entre estudantes, professores, servidores públicos e trabalhadores, saíram às ruas da cidade para protestar contra os cortes de no orçamento da Educação, previsto pelo Ministério da Educação (MEC).



O bloqueio atinge 63 universidades, 38 institutos federais de ensino e será aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, funcionários terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. As despesas obrigatórias, como assistência estudantil e pagamento de salários e aposentadorias, não seriam afetadas, segundo o MEC.

O CRP-SC decidiu apoiar a manifestação por avaliar, principalmente, que os cortes afetarão a qualidade da profissão. Nós atuamos pela orientação, fiscalização e disciplinamento do exercício profissional da psicologia, que depende de uma formação universitária de qualidade para atuar com ética. Além disso, o Conselho utiliza parâmetros científicos e produção científica das universidades públicas, em sua maioria, para uso na prática profissional. Portanto, acreditamos que é uma pauta que devemos apoiar por ter um reflexo direto ao que é importante para o Conselho: a qualidade do ensino da Psicologia no Brasil.

### 3.2.2 *Evento sobre os Desafios da Psicologia na Educação*

Para refletir sobre a multidisciplinaridade entre a psicologia e a educação, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) promoveu, no sábado (23/11), o evento **“Os desafios da psicologia na educação”**. Este foi o início das atuações

do X Plenário do CRP-12 em Chapecó, que pretende unir os psicólogos e estudantes em mais encontros sobre a atualidade da Psicologia no município.



A programação contou com uma mesa-redonda, relatos de experiências e uma palestra sobre bullying. A promoção desse tipo de evento tem como objetivo principal estimular o reconhecimento da profissão em Santa Catarina, estreitar laços entre as várias áreas de atuação da psicologia - incluindo a educação - por meio do compartilhamento de

experiências, desafios e sugestões, é de extrema importância para fortalecer a profissão.

O evento também discutiu o Projeto de Lei (PL 3688/2000), que determina que os estados e municípios assegurem a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas e privadas, que estava em discussão na Câmara dos Deputados e pode transformar o cenário da profissão.

### ***3.2.3 Mobilização pela aprovação do PL 3688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica***

O Projeto de Lei entrou na pauta do plenário da Câmara dos Deputados e teve aprovação na Plenária. Porém, com o veto Presidencial, houve uma ampla mobilização para sua aprovação. Após articulação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de diversos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), juntamente com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) realizaram visitas aos parlamentares, audiências entre outras manifestações que contribuíram para a derrubada do veto. Com o projeto sancionado, os municípios terão 1 ano para se adequar. O resultado é uma conquista para a Psicologia, que aguardava quase 20 anos pela aprovação do referido projeto.

### 3.3 Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho

As práticas de Psicologia organizacional e do trabalho (POT) ocupam um importante espaço no contexto da profissão e justificam a necessidade de esforços para o desenvolvimento desta área. A pesquisa do Conselho Federal de Psicologia realizada em 1988 colocava a Psicologia Organizacional como a segunda maior área de atuação dos profissionais (CFP, 1988). Em 2000, a prática denominada organizacional ou do trabalho foi tida como 3ª área de atuação, com 12,4% de profissionais (WHO & CFP, 2001).

A área vem despertando o interesse dos pesquisadores, por sua grande importância na compreensão dos aspectos envolvidos nas organizações, em gestão de pessoas e na saúde do trabalhador, podendo trazer contribuições tanto para a empresa quanto para o trabalhador e a sociedade. Diante do exposto, a POT/CRP-12 tem como objetivo fomentar discussão sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho, visando ações de orientação da atuação, socialização das práticas realizadas pela categoria e produção de conhecimento sobre esta área, assim como, fortalecimento político, técnico e científico das(os) psicólogas(os) que atuam no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, apontando e marcando as diferentes perspectivas que relacionam saúde e trabalho sob uma perspectiva interdisciplinar. Entre as atividades de 2019, destaca-se:

#### 3.3.1 *Diálogo entre CRP-SC e CRA-SC sobre atuação das psicólogas(os) e administradores nas organizações*

A relação entre as atribuições das psicólogas e dos administradores nas organizações tem ocupado a pauta nacional, frente ao PLS 439 que buscava regulamentar as atribuições exclusivas do administrador. Por ser um ponto polêmico que envolve



diversas áreas, o CRP-12 tem buscado dialogar com a categoria para valorizar a atuação nesses espaços. Uma das estratégias, foi reunir-se com o Conselho Regional de Administração om vistas a construir em conjunto com o CRA-SC, outros entendimentos

orientativos para os profissionais, contribuindo para a valorização da psicologia organizacional como uma grande área de atuação. A reunião ocorreu em março de 2019 e teve como encaminhamento a de constituição de uma comissão conjunta para avançar nas discussões dessa área e dar sequência aos encaminhamentos pertinentes.

### **3.4 Psicologia na Assistência Social**

Instituído no IX Plenário, o Núcleo Estadual de Psicologia na Assistência Social – Nepas tem por objetivo promover ações voltadas para a psicologia na assistência social, no estado de Santa Catarina. O Núcleo de Política da Assistência Social CRP 12 é responsável pela articulação política entre a Psicologia e a atuação no campo da Assistência Social, através do Conselho Regional de Psicologia, no âmbito de Santa Catarina. O Núcleo de Política da Assistência Social do CRP -12 faz parte da Comissão de Políticas Públicas (CPP) da autarquia. É composto por conselheiros e colaboradores, por meio deste grupo são promovidos diálogos, eventos, reuniões institucionais, reuniões ampliadas com a categoria e outras instituições para articulação e desenvolvimento da atuação da Psicologia neste campo.

Seus representantes vêm construindo um histórico de atuação em espaços de representação social, como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS); Fórum Estadual e Nacional dos Trabalhadores da Política de Assistência Social (FETSUAS/SC e FNTSUAS); Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) entre outros. Entre as ações desenvolvidas em 2019, seguem os destaques abaixo:

#### **3.4.1 *CRP-12 sedia a I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS***

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais realizaram a I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre os meses de julho e julho de 2019, nas cinco regionais do país. A etapa da região Sul será realizada em Florianópolis nos dias 07 e 08 de junho de 2019 e teve como tema a "Interdisciplinidades: O SUAS, a Psicologia e seus (des)encontros".

Entre os objetivos do evento estavam o compartilhamento, a reflexão e a construção de experiências, saberes e práticas sobre a presença da Psicologia na Política Pública de Assistência Social. A I Mostra Nacional Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social será realizada por meio de seis eixos: EIXO I: Rede e intersectorialidade; EIXO II: Identidades, saberes e territórios; EIXO III: Práticas coletivas e processos grupais; EIXO IV: Processos de trabalho e interdisciplinaridade; EIXO V: Participação, construção do protagonismo e controle social e EIXO VI: Descriminalização da pobreza e combate ao preconceito.



### 3.4.2 V Jornada do Sistema Único de Assistência Social

O CRP-12 participou nos últimos dias 22 e 23 de outubro, da V Jornada do SUAS, um evento promovido pela UFSC em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com apoio do Conselho. O encontro teve como tema "Como tornar o futuro respirável em tempos de antipolítica?", e teve por objetivo o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Representando o CRP-12 esteve presente a Conselheira Sandra Coimbra, da Comissão de Psicologia e Assistência Social e trabalhadora da rede SUAS do município de Florianópolis. Também participou do evento a psicóloga Maria Claudia Goulart, colaboradora do CRP-12 e Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

## 3.5 Ações diversas dos grupos de trabalho

### 3.5.1 GT Grupo de Trabalho Interinstitucional Psicologia e Pessoas com Deficiência

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) vem desenvolvendo discussões e ações voltadas à orientação das(os) psicólogas(os) para a atuação profissional junto a pessoas com deficiência. Essas ações estão em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – documento que foi

construído pela Organização das Nações Unidas, que contou com a participação de organizações de pessoas com deficiência de diferentes países do mundo, reconhecida no Brasil por meio de Decreto Presidencial nº 6.949/2009 –, que foi utilizada como referência para a construção e o embasamento da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essa legislação objetiva garantir a participação social plena das pessoas com deficiência, bem como fornece subsídios para pensarmos as práticas profissionais voltadas às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, o CRP-12 viabiliza ações que visam a promover o debate sobre os aspectos legais, teóricos, técnicos e éticos desse campo de atuação. Dentre as ações mais relevantes, está a organização do I Seminário Catarinense de Psicologia e Estudos sobre Deficiência que teve como tema central: “A contribuição do modelo social da deficiência para a promoção de pesquisas e práticas psicossociais voltadas à garantia dos direitos humanos”. Esse foi realizado no dia 21 de setembro de 2017, data escolhida em comemoração ao dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e contou com a parceria do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). O evento teve a participação de mais de 200 psicólogos(os) na modalidade presencial e mais de 400 profissionais na modalidade on-line, mostrando o interesse da categoria pela ampliação do debate acerca desse tema.

Com base na avaliação dos resultados desse evento, o IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia instituiu o Grupo de Trabalho Interinstitucional Psicologia e Pessoas com Deficiência, que tem como objetivo pensar as demandas relacionadas à atuação dos profissionais da Psicologia com pessoas com deficiência, questões de acessibilidade nos espaços do Conselho e outras demandas emergentes desse grupo de trabalho. Nesse momento, o GT buscou organizar os materiais oriundos da participação no I Seminário Catarinense de Psicologia e Estudos sobre Deficiência e dessa proposta, originou-se alguns materiais que seguem abaixo descrito:

#### *3.5.1.1 Cartilha sobre deficiência e acessibilidade*

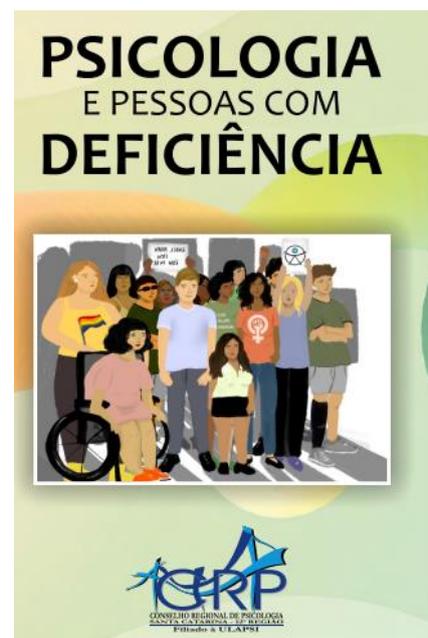
Segundo o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 46 milhões de pessoas vivenciam algum tipo de deficiência. Este número bastante expressivo corresponde a 24,6% da população brasileira. Na

tentativa de promover equiparação de oportunidades com as demais pessoas, o Brasil avançou consideravelmente na última década criando uma ampla legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, para garantir a implementação e eficácia destas leis, é fundamental que todas as pessoas estejam abertas às diferentes possibilidades de ser e existir, considerando a deficiência, então, um aspecto da diversidade humana. Portanto, as prerrogativas desta cartilha versam por espaços e relações que acolham a diversidade. O acesso à cartilha pode ser feito no link a seguir, confira: <https://bit.ly/2krFTz3>



### 3.5.1.2 Caderno de orientação: Psicologia e pessoas com deficiência

Dando continuidade ao debate relacionado à orientação dos profissionais para a atuação profissional junto a pessoas com deficiência, o grupo de trabalho desenvolveu um 3.6.1.2 Caderno de orientação: Psicologia e pessoas com deficiência. Esse caderno tem como seus objetivos: a) ampliar a compreensão do modelo social da deficiência no campo da Psicologia e demais áreas do conhecimento; b) caracterizar os pressupostos teóricos do Modelo Social da Deficiência e as contribuições dos estudos feministas neste campo; c) caracterizar as contribuições do Modelo Social da Deficiência para a promoção de práticas psicossociais voltadas à democracia, à participação social e a garantia dos direitos humanos.



Ademais, considerando a relevância do campo dos estudos sobre deficiência para a atuação profissional em Psicologia, acreditamos que esse material poderá orientar as(os) psicólogas(os) para a construção de práticas profissionais que estejam em consonância com a legislação brasileira relacionada aos direitos das pessoas com deficiência e as concepções teóricas que embasam a produção dessa legislação

Por fim, desejamos que esse material consiga inspirar a produção de práticas profissionais nas diferentes áreas da Psicologia, reafirmando o compromisso ético-político dessa área de produção de conhecimentos e de atuação profissional com as pessoas com deficiência.

### 3.5.1.3 II Seminário Catarinense de Psicologia e Estudos sobre Deficiência

O II Seminário Catarinense de Psicologia e Estudos sobre Deficiência foi realizado no dia 05 de setembro, em Florianópolis. Organizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-SC) com o apoio do Núcleo de Estudos



sobre Deficiência e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, o evento contou com a participação de aproximadamente 180 profissionais e estudantes de Psicologia, Serviço Social, Direito, entre outros cursos. O evento surgiu da necessidade de orientar os profissionais da psicologia e demais áreas sobre a construção de pesquisas e práticas profissionais em consonância com a Legislação Brasileira sobre Deficiência. O encontro contou com diferentes recursos de acessibilidade e foi transmitido via Facebook para que um maior número de pessoas tivesse acesso ao conteúdo.

Trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes regiões do estado estiveram expostos durante o evento. Três estudos foram premiados pelo CRP, são eles: Os desafios da Equipe Multiprofissional de Acompanhamento aos Servidores da UFSC com Deficiência e em Estágio Probatório (EMAPCD) frente às barreiras enfrentadas pelos servidores com deficiência da UFSC, do EMAPCD; Psicologia e Autismo: uma proposta interacionista para o desenvolvimento infantil, de Daniele Fortes Nishimura e Fernanda Arisigones; e Não solte a mão de ninguém. Nem deixe alguém ser esquecido, de Manoella Back Neves.

Outro ponto de destaque do dia foi o lançamento do caderno, Psicologia e Pessoas com Deficiência. No caderno estão estudos sobre diferentes temáticas, como: políticas públicas, questões de gênero, atuação da (o) psicóloga (o) acerca do direito

reprodutivo, perspectivas universais, acessibilidade e garantia de acesso, entre outros. “O caderno é referência às (o) psicólogas (o) para que tenham orientação sobre pessoas com deficiência de forma inclusiva.

### **3.5.2 I Seminário Catarinense de Educação em Redução de Riscos e Desastres**

Nos dias 17 e 18 de outubro a Conselheira e representante da Comissão da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, Roberta Borghetti Alves, representou o CRP-12 no I Seminário Catarinense de Educação em Redução de Riscos e Desastres, realizado pela



Proteção e Defesa Civil Estadual em conjunto com a Unisociesc e UDESC. A conselheira buscou estabelecer parcerias com a Proteção e Defesa Civil Estadual a fim de alcançar o fortalecimento e a valorização da profissão nesta política pública.

### **3.5.3 Audiência pública sobre o PL n° 3267/2019, que altera a lei n° 9.503/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro**

Em 15 de outubro de 2019, terça-feira, às 14h30, no plenário 5, anexo II da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília/DF, a conselheira e Presidente da Comissão de Trânsito e Mobilidade Urbana – CTMU Simone Ciotta, juntamente com o professor Dr. Roberto M. Cruz, da Universidade Federal de Santa Catarina, na qualidade de palestrante, participaram da Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei N° 3267, DE 2019, do poder executivo, que altera a lei N° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o código de trânsito brasileiro, a qual teve como pauta de discussão em reunião ordinária: “Habilitação e exames de aptidão física e mental”.

Quanto a algumas das pretensões do PL 3267, estão: dobrar a pontuação limite para suspensão da CNH; ampliar de 5 para 10 anos a validade da CNH; acabar com o prazo de 15 dias para que o candidato reprovado no exame escrito ou prático possa refazer a prova; passar a realização dos exames de aptidão física e mental atualmente prestados por

profissionais peritos e entidades credenciadas para profissionais que não sejam credenciados pelos órgãos executivos de trânsito, desqualificando e sugerindo que o trabalho atualmente prestado por estes profissionais, não é importante, ou não demonstra valia que justifique a continuidade do mesmo.

Contraopondo-se a essa questão específica, os respectivos convidados da mesa, acima citados, explanaram e apresentaram argumentos técnicos-científicos e dados estatísticos/econômicos, acerca dos impactos negativos nos indicadores de morbimortalidade no trânsito, com base nas mudanças



indicadas no PL 3267/2019. Foram apresentadas, também, possibilidades de melhorias no processo de avaliação médico-psicológica existente, demonstrando que a aprovação do PL 3267/2019 tornará o processo menos rigoroso ou, até mesmo inexistente. Ficou claro e evidente que a abertura da prestação desse serviço para profissionais que não sejam qualificados na especialidade de medicina e psicologia do trânsito (peritos), acarretará prejuízos aos usuários e precariedade na prestação de serviços, tais como: socialização dos custos do exame (uma vez que os valores, atualmente regulados pelo poder público, passarão a ser determinado pelo mercado/plano de saúde); longa espera no agendamento no serviço público; precarização da relação tripartite Usuário-Credenciada-Credenciador; e, não obstante, possivelmente e conseqüentemente, o aumento da morbimortalidade.

Cientes da importância dos assuntos tratados no PL 3267, e do impacto que tais implicações acarretarão a sociedade, à saúde pública e, conseqüentemente aos profissionais psicólogos, diretamente relacionados a prestação desse serviço, julgamos ser de extrema importância e relevância para a nossa classe, a participação efetiva de representantes do CRPSC, nesse momento histórico e nas próximas audiências públicas participando ativamente dessa luta, pela continuidade da prestação do serviço de avaliação psicológica em condutores, realizado pelos psicólogos peritos examinadores de trânsito, um espaço de direito conquistado pela Psicologia de Trânsito.

### 3.6 Psicologia, Políticas Públicas e Controle Social

O CRP-12 compreende a participação da psicologia em espaços de controle social como fundamental para a formulação, controle e desenvolvimento de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos. Frente a isso, a gestão tem dado continuidade na promoção de qualificação para participação nos espaços de controle social. Entre as atividades, foram realizadas as oficinas de qualificação para atuação no controle social e ampliação das representações do CRP-12 no âmbito dos conselhos municipais.

Após a realização do Seminário sobre Participação e Controle Social em fevereiro de 2016 e da criação da Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, a terceira ação do Projeto diz respeito à realização de Oficinas, em nível regional, a fim de identificar, compartilhar e fomentar as formas de participação encontradas no Estado, bem como promover novas formas de inserção nos espaços participativos.

O objetivo das oficinas foi formar e capacitar psicólogas(os) para a atuação nos espaços de controle social. O foco estratégico da atividade foi refletir sobre a relação entre direitos humanos, políticas públicas e controle social; sobre o papel fundamental das(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas para garantia do Estado democrático de direito; trabalhar com as dimensões práticas que envolvem a participação em conselhos de políticas públicas; fomentar a participação de psicólogas(os) em espaços de controle social da gestão pública e espaços coletivos relacionados à cidadania; articular as(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de cada região; fomentar a participação de psicólogas(os) no Fórum de Discussões disponível na Plataforma Participação e Controle Social do CRP-12.

A partir destas etapas, o Conselho passou a assumir algumas representações, conforme seguem abaixo:

<b>Nome do espaço de representação</b>	<b>Representante Titular</b>	<b>Representante Suplente</b>
Comissão pró-sistema de Prevenção e Combate a Tortura em SC	Ematuir Teles de Sousa	
Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde de Santa Catarina	Dnyelle Souza Silva	
Conselho Estadual de Assistência Social	Paloma Fabiola Borba	Nanci Cecília de Oliveira Veras
Fórum de Entidades da Psicologia	Fabrcio Antnio	

Catarinense	Raupp	
Fórum Estadual de Educação	Simone Vieira de Souza	Mariana de Brito Jimenez
Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	Eduardo Antunes Matos	Paloma Fabiola Borba
Fórum Estadual Permanente de Assistência Social	Nanci Cecília de Oliveira Veras	
Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina	Elisa Rita Ferreira de Andrade	Mareli Pfutzenreuter
Frente Catarinense dos Conselhos Profissionais da Saúde	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	
Grupo de Trabalho Interinstitucional de Saúde Suplementar - SC	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	
Núcleo Estadual da Articulação Nacional de Psicólogos negros e Pesquisadores	Lia Vainer Schucman	
Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	
Conselho Estadual Dos Direitos Das Mulheres - CEDIM	Paula Helena Lopes	Pâmela Silva dos Santos
Conselho Municipal De Direitos Lgbt De Florianópolis	Ematuir Teles de Sousa	Pâmela Silva dos Santos
Conselho Municipal De Direitos Humanos De Balneário Camboriú	Claudemir Gonçales	Eliz Marine Wiggers
Conselho Municipal De Saúde De Itajaí	Hannah Theis	Tatiana Matias Lopes
Conselho Municipal De Assistência Social De Balneário Camboriú	David Tiago Cardoso	Joseane de Oliveira Luz
Conselho da Comunidade Na Execução Penal Da Capital	Ematuir Teles de Sousa	Bruna da Costa Pereira
Conselho Estadual De Saúde De Santa Catarina - CES/SC	Jaira Terezinha da Silva Rodrigues	Elisa Rita Ferreira de Andrade
Conselho Municipal De Saúde De Florianópolis	Elisa Rita Ferreira de Andrade	Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselho municipal De Saúde De Balneário Camboriú	Claudemir Gonçales	Eliz Marine Wiggers
Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN	Marcia Taynara Goncalves Teixeira	Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselho Estadual De Direitos Humanos	Yara Maria Moreira de Faria Hornke	
Conselho Municipal De Assistência Social De São José	Daniel Teixeira de Vasconcelos	
Conselho Municipal De Assistência Social De Capinzal	Roselaine Bevilaqua	Claudiane Fátima Bruxel
Conselho Municipal De Assistência Social De Itaiópolis	Sandra Carla Brandt	Eliseu Alexandre Gabardo

**4      EIXO III - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO**  
**PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS**

*O último Eixo compreende as relações da Psicologia com o Estado e com a sociedade, em que a ampliação e qualificação do exercício profissional se articula com questões para além das políticas institucionais e relações entre a categoria. Refere-se ao delineamento de um Projeto Político que busque o enfrentamento das urgências sociais, respostas para as constantes violações de direitos humanos, questionamentos ao sistema poder-dominância-privilégios, e que, contribua para uma sociedade mais democrática e com igualdade, a partir do reconhecimento do direito a todos, da promoção de novas subjetividades e de possibilidades de singularização.*

#### 4.1 Informe sobre o coaching como prática profissional de psicólogas(os)

Em 26/03/2018 o CRP-12 publicou a “Nota de Orientação sobre a atuação de psicólogas(os) com relação ao Coaching”, a qual trazia aspectos técnicos e éticos fundamentais ao exercício da(o) Psicologia e reafirmava um posicionamento (até aquele momento) do Conselho Federal de Psicologia sobre a não possibilidade de associação entre Coaching e Psicologia na prática e divulgação profissional da(o) psicóloga(o), tendo em vista o art. 2º, alínea “f”, do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) – CEPP:

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

[...]

f) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão; [...]

O posicionamento foi construído após a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12 se debruçar sobre o assunto. Foi realizada uma investigação acerca das principais infrações éticas cometidas por psicólogas(os) que desenvolviam a prática, bem como buscou-se compreender como psicólogas(os) tidas(os) como referência na área realizavam o Coaching. Concomitantemente com esse trabalho do CRP-12, o Sistema Conselhos de Psicologia criou, a nível nacional, um Grupo de Trabalho (GT) cujo um dos objetivos era debater sobre as novas práticas emergentes, construindo um espaço de discussão e estudo que permita ao Conselho Federal de Psicologia se posicionar acerca dessas práticas, com relação aos dilemas éticos apresentados por elas. Uma das atribuições desse GT foi o de construir um posicionamento específico sobre o Coaching.

Após intensos debates do GT, este apresentou uma proposta que foi votada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF), ocorrida em Brasília nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2018. Nessa ocasião foi aprovada uma nota orientativa sobre o Coaching, **a qual traz o Coaching como uma prática possível às(aos) psicólogas(os), desde que cumpridas algumas exigências, em especial o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o).** A nota será publicada no primeiro semestre de 2019.

Com esse posicionamento do Sistema Conselhos, o CRP-12 **decidiu alinhar-se ao posicionamento nacional** acerca do tema. No entanto, ressaltamos que todos os

pontos elencados na nota anterior, com relação aos princípios éticos de nossa profissão, devem nortear o trabalho de toda(o) psicóloga(o).

O CRP-12 tem o compromisso de garantir a qualidade técnica e ética dos serviços psicológicos ofertados à população, de maneira que continuaremos empenhando esforços para que a Psicologia resguarde seu caráter técnico e científico, bem como seu compromisso ético-social com a promoção de saúde, a qualidade de vida das pessoas e a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

**4.2 O CRP-SC corrobora com o manifesto de repúdio à nota técnica “Nova Saúde Mental” publicada pelo Ministério da Saúde, tendo o mesmo posicionamento que o Conselho Federal quanto a este tema.**

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) faz coro às instituições, entidades e associações que se posicionaram contra a iniciativa que desqualifica a história da luta antimanicomial e os avanços na reforma psiquiátrica e na atenção à saúde mental. Recentemente, diante da publicação da Nota Técnica 11/2019 (CGMAD/DAPES/SAS/MS), chamada de “Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental”, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou repúdio ao conteúdo, considerando que se trata de um retrocesso nos passos construídos rumo à reforma psiquiátrica no Brasil. A nova posição recoloca o hospital psiquiátrico e os serviços de internação como lugar central na atenção à saúde mental.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem a público manifestar repúdio à Nota Técnica Nº 11/2019 intitulada “Nova Saúde Mental”, publicada pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, na última segunda-feira (4). O teor do documento aponta um grande retrocesso nas conquistas estabelecidas com a Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216 de 2001), marco na luta antimanicomial ao estabelecer a importância do respeito à dignidade humana das pessoas com transtornos mentais no Brasil.

A nota apresenta, entre outras questões que desconstruem a política de saúde mental, a indicação de ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, dentro da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs), incentivando assim o retorno à lógica manicomial. O Ministério da Saúde também passa a financiar a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia.

A representante do CFP no Conselho Nacional de Saúde (CNS), conselheira Marisa Helena Alves, explica que a medida rompe com a política de desinstitucionalização e incentiva a hospitalização e o tratamento desumanizado. Ela ressalta a gravidade da desconstrução da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs), com a inclusão dos hospitais psiquiátricos entre os mecanismos.

“Consideramos um retrocesso a inclusão dos hospitais psiquiátricos nas RAPs. Com a Reforma Psiquiátrica, o paciente psiquiátrico passava a ter essa atenção fora dos

muros do manicômio e conseqüentemente em liberdade, podendo ter todo o seu direito de cidadão de ir e vir preservado”, explica Marisa.

“Este modelo coloca o hospital no centro do cuidado em saúde mental, priva o sujeito da liberdade, dentro de um sistema que não favorece a recuperação, mas simplesmente o isolamento”, conclui.

São diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial: o respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia, a liberdade e o exercício da cidadania; Promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde; Garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; Ênfase em serviços de base territorial e comunitária, diversificando as estratégias de cuidado, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares.

### **Carta do Encontro de Bauru**

Outro marco na luta antimanicomial é o Encontro de Bauru, que completou 30 anos em 2017. Em 1987, trabalhadores da saúde mental reunidos na cidade de Bauru (SP) redigiram o manifesto que marca o início da luta antimanicomial no Brasil e representa um marco no combate ao estigma e à exclusão de pessoas em sofrimento psíquico grave. Com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, o congresso discutiu as formas de cuidado com os que apresentam sofrimento mental grave e representou um marco histórico do Movimento da Luta Antimanicomial, inaugurando nova trajetória da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Para marcar os 30 anos do Encontro, Bauru sediou outro congresso em dezembro de 2017, onde aprovou uma nova carta, na qual reafirma que uma sociedade sem manicômios é uma sociedade democrática, uma sociedade que reconhece a legitimidade incondicional do outro como o fundamento da liberdade para todos e cada um.

Diante da atual conjuntura de avanço do conservadorismo e de redução de recursos para as políticas públicas sociais, com violento ataque ao Sistema Único de Saúde (SUS), é preciso reforçar a desconstrução do modelo asilar e combater a cada dia o manicômio em suas várias formas, do hospital psiquiátrico à comunidade terapêutica, incluindo o manicômio judiciário. Fonte: <https://site.cfp.org.br/cfp-manifesta-repudio-a-nota-tecnica-nova-saude-mental-publicada-pelo-ministerio-da-saude/>

### **4.3 Nota de orientação sobre a utilização de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) e outras práticas emergentes em Psicologia**

O Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região é uma Autarquia Federal de Direito Público, instituída pela Lei Nº 5.766/71 e regulamentada pelo Decreto Nº 79.822/77, que tem por finalidade orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicóloga/o, bem como zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto Ciência e Profissão. No uso dessas atribuições regimentais, apresenta-se, nesta nota, orientações de ordem técnica e ética quanto à seleção e utilização de práticas emergentes em Psicologia, dentre as quais encontram-se as Práticas Integrativas e Complementares (PICs). A nota completa pode ser acessada no link: <http://crpsc.org.br/public/images/boletins/Nota%20PIC.pdf>.

### **4.4 Carta de Recomendação e de Apoio À ADEH**

O Conselho Regional de Psicologia 12ª Região – CRP-12, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, manifesta o reconhecimento da ADEH - Associação de Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade, como um importante espaço para o acesso e garantia dos direitos humanos e de promoção de saúde mental. Faz parte dos serviços prestados por esta organização não governamental, o apoio jurídico, psicológico e social a pessoas em situação de vulnerabilidades sociais, sobretudo aquelas relacionadas a discriminações e violências de gênero. A nota completa pode ser acessada no link: <http://crpsc.org.br/public/images/boletins/Carta%20de%20apoio%20a%20ADEH.pdf>.

### **4.5 Nota técnica sobre o concurso PMSC**

O Grupo de Trabalho (GT) do CRP-SC, instituído com a finalidade de avaliar os aspectos atinentes ao exercício profissional em Psicologia no âmbito dos editais 091/CESIEP/QOPM/2017 e 042/CGCP/2019, vem, por meio deste segundo documento, elucidar mais alguns pontos referentes aos procedimentos que envolvem os referidos concursos, visando dirimir dúvidas e questionamentos suscitados sobre o assunto por psicólogos, candidatos e entes públicos.

Esta segunda manifestação do CRP-SC leva em conta os materiais e registros solicitados e recebidos da entidade promotora do concurso e da empresa responsável por sua execução, assim como documentos recebidos por assistentes técnicos e candidatos, enviados espontaneamente por eles. O conjunto desses materiais, documentos e registros permitiu ao GT do CRP-SC produzir, sinteticamente, o seguinte:

Inicialmente é importante enfatizar, mais uma vez, que os critérios estabelecidos para a avaliação das características psicológicas compatíveis com a profissiografia de cargos específicos, por meio de processos seletivos em concursos públicos, é legal e legítima, conforme prevê a Resolução CFP nº 002/2016.

Avaliações compulsórias, como é o caso de processos seletivos em concursos públicos e privados, têm por objetivo identificar o grau de associação entre o perfil psicológico apresentado pelo candidato e o perfil esperado para o cargo pleiteado, conforme critério definido previamente. Ou seja, avalia-se a aptidão manifestada pelo candidato, com base no seu desempenho nos testes psicológicos realizados no certame, sendo que a avaliação psicológica, neste caso, pode ser realizada sem haver necessidade do recurso à entrevista psicológica, exceto para a entrevista devolutiva.

No caso de haver a satisfação dos critérios definidos pelo Edital e profissiografia do cargo, verificados no desempenho dos candidatos nos testes psicológicos definidos, manifesta-se a aptidão para o cargo e concurso específicos. Assim, a escolha dos instrumentos utilizados e suas respectivas subescalas e construtos referidos é de responsabilidade dos profissionais que definiram os construtos/dimensões psicológicas envolvidos no processo de avaliação. Possíveis discordâncias em relação à legitimidade do construto avaliado devem ser apontadas por meio de perícia técnica especializada, e não pelo Conselho Regional de Psicologia, enquanto fiscalizador e orientador do exercício profissional.

Os procedimentos relacionados à aplicação e apuração dos testes e o treinamento dos psicólogos que participaram do concurso, segundo os documentos examinados, indicam que a(o)s psicóloga(o)s receberam treinamento para a aplicação dos testes. Possíveis problemas relacionados à qualidade dos procedimentos de aplicação e apuração dos resultados dos testes isoladamente devem ser objeto dos recursos administrativos e/ou periciais, com base no princípio do contraditório e da defesa legítima das partes envolvidas. No caso das entrevistas devolutivas, há diversas manifestações de assistentes técnicos e candidatos do concurso acerca do despreparo das psicólogas em sua

realização. Estes aspectos serão, no tempo oportuno, examinados pelas comissões permanentes do Conselho, que poderão aprofundar a matéria sobre o viés da ética e do exercício profissional.

Acerca dos alegados baixos valores dos honorários profissionais praticados pela empresa executora do concurso para a contratação de psicólogos para o processo de avaliação psicológica dos referidos editais, e aceitos pelos psicólogos contratados, o CRP-SC defende a valorização da classe, que deve exigir recompensa digna pela prestação de serviço a ser executada. Por outro lado, a remuneração aceita não pode ser justificativa para eventual desempenho irregular do profissional, que, independentemente desse fator, deverá cumprir com as suas obrigações, espontaneamente aceitas.

O documento resultante da avaliação psicológica realizada - o laudo psicológico - apresentou identificação e assinatura de, pelo menos, um responsável técnico pela avaliação, assim como foi arquivado junto aos protocolos dos testes e demais registros da avaliação psicológica, conforme preconiza a Resolução CFP nº 002/2016. Foi observado que os laudos psicológicos não apresentaram uma análise dos resultados obtidos, mas apenas uma descrição isolada de cada aspecto avaliado, assim como, e, possivelmente pela ausência da análise dos resultados, também não indicaram as referências técnicas e científicas que sustentem os resultados analisados, conforme indica a Resolução CFP nº 006/2019. Todavia, em avaliações compulsórias, como é o caso de processos seletivos em concursos públicos, o documento privilegiado é o atestado, e não o laudo psicológico. Possíveis infrações ético-disciplinares por parte dos psicólogos responsáveis pelos laudos referidos serão examinadas por parte do CRP-SC.

O exame dos fatos ocorridos, por meio de extenso volume de documentos enviados ao CRP-SC nas últimas semanas, levou este GT não somente a produzir esta manifestação à comunidade de interessados no assunto, mas também à decisão de encaminhar todos os possíveis problemas identificados à Comissão de Orientação e Fiscalização e à Comissão de Ética do CRP-SC, que procederá a investigação de condutas dos profissionais psicólogos que participaram em quaisquer dos aspectos envolvidos neste concurso, assim como a tomar as providências cabíveis quanto à participação efetiva das instituições envolvidas que possam ter comprometido a qualidade da execução do certame.

Mediante todos esses acontecimentos, resta clara a necessidade de produzir notas técnicas e processos de qualificação profissional para orientar os psicólogos quanto à

qualidade da prestação de serviços em processos seletivos públicos e similares, especialmente no âmbito do planejamento e realização de avaliação psicológica.

1 Faiad, C., & Alves, I. C. B. (2018). Contribuições do Satepsi para Avaliações Psicológicas Compulsórias (Trânsito, Porte de Arma e Concursos Públicos). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 50-59.

2, 3 Conselho Federal de Psicologia (2016). Resolução CFP N.º 002/2016. Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP N.º 001/2002. Brasília: CFP.

Síntese das ações do IX e X Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região, baseados nas ações realizadas em 2019, aprovadas pelo X Plenário para ser enviadas ao Tribunal de Contas da União – TCU, Conselho Federal de Psicologia – CFP e disponíveis no portal transparência do CRP-12.

**ANA CLARA DA ROCHA**

Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região  
Conselheira Presidente

**RUDINEI LUIZ BELTRAME**

Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região  
Assessor da Diretoria e de Políticas para a Profissão

